



Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Impresso
Especial

1000014610-DR/BSB
Sindjus-DF

CORREIOS

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Ano XVII - nº 60
Agosto de 2009

Profissão **perigo**

*Ações do Sindjus no
Supremo garantem
aos servidores direito
à aposentadoria
especial em casos de
trabalho insalubre ou
que envolva risco*

O vale cultura é PRA VALER?

O presidente Lula criou o Vale Cultura em raro momento de união absoluta entre patrões e empregados: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, artistas, produtores, empresários e as centrais sindicais apóiam o mecanismo. Sob o temor das distorções no uso é unânime o avanço no sentido do acesso à arte como consumidores para as classes C e D. Os temores recaem sobre a compra de coisas ou serviços diferentes do universo cultural; o custo dos transportes e dificuldade de acesso aos equipamentos (teatros, livrarias e cinemas distantes da periferia); não haver uma discutível definição do que é arte para ser consumida pela renúncia fiscal (seriam só produtos 100% nacionais?) e o que não é, enfim respeitar o direito de escolha e fiscalizar o uso se impõem nessa etapa inicial.

O tíquete será subsidiado pela renúncia fiscal. O mecanismo consiste na adoção de um bônus mensal de R\$ 50 para que o trabalhador gaste com consumo cultural – cinema, artes cênicas, literatura, artes visuais, audiovisual, música e patrimônio cultural. É uma variação de outras modalidades de bônus, como os vales refeição e transporte. O

Vale poderá atingir até 14 milhões de trabalhadores no país e injetar, de forma direta, cerca de R\$ 600 milhões por mês no mercado cultural – uma inoculação anual de mais de R\$ 7 bilhões no mercado (sete vezes mais do que a Lei Rouanet inteira anualmente). Do valor mensal unitário de R\$ 50, o governo entra com 30%; o empregador pagará 50% (terá renúncia fiscal de até 1% do Imposto de Renda devido); e o trabalhador, 20% (ou R\$ 10).

Apenas empresas que pagam impostos com base no lucro real poderão disponibilizar o vale-cultura aos trabalhadores. Para o ministro da Cultura, Juca Ferreira, “toda empresa que paga imposto de lucro real vai poder disponibilizar (o vale) para os seus trabalhadores e, evidentemente, os trabalhadores vão reivindicar isso por meio dos seus sindicatos e centrais sindicais”. É aí que a gente vai ver se o Vale chegou para valer. Que vale a pena vale. Mais vale mais: vale a pena, vale o traço, o som, a tinta, a imagem, o corpo, a letra, a forma, o rito, o grito, a festa. Vale para revelar valores e tirar um pouco a galera da frente da TV, única fonte estética do povão. **TT CATALÃO**

“ Que vale a pena vale. Mais vale mais: vale o traço, o som, a imagem, o corpo, a letra, a forma. Vale para revelar valores e tirar a galera da frente da TV, única fonte estética do povão. ”





RODOLFO STUCKERT

AO LEITOR

Plano de Carreira: pelo envio imediato ao Congresso



ROBERTO STUCKERT

Roberto Policarpo
Coordenador-geral
do Sindjus

O sindicato tem trabalhado muito para enviar o anteprojeto do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos servidores do Judiciário para o Congresso Nacional o mais rápido possível. Mesmo com o recesso, os esforços se concentraram para garantir que o texto chegue ao Poder Legislativo ainda em agosto. Visitei pessoalmente vários diretores-gerais para tentar

construir uma redação o mais próximo possível das reivindicações dos servidores. Embora os DGs e SGs tenham, de última hora, mudado o foco do plano, adiando a discussão da carreira, o Sindjus se articula para que o plano contribua para a valorização da categoria.

No dia 23 de julho, reuni-me com o diretor-geral do STF, Alcides Diniz, e consegui dele que

agendasse uma reunião com os DGs e SGs para o início de agosto. O objetivo dessa reunião é fechar o texto do anteprojeto que será enviado aos presidentes dos tribunais. Após a assinatura dos presidentes, o texto seguirá para o Congresso. A categoria deve estar atenta no sentido de que o anteprojeto passe pelos DGs e SGs e também pelos presidentes com a urgência necessária. Afinal, já que o foco passou a ser a tabela salarial, nossos vencimentos estão muito defasados em relação a outras carreiras de atribuições semelhantes.

A batalha é árdua, o caminho é longo e exige nosso empenho, mas, como em todas as lutas anteriores, nossos planos foram aprovados em anos eleitorais. Espero, já no final de agosto, estar no Congresso dialogando com os parlamentares sobre a importância desse projeto para uma categoria de papel estratégico como a nossa. Porém, para viabilizar esse cenário, é necessário que o envio do anteprojeto à Casa Legislativa seja imediato. PCCR já!

“Espero, já no final de agosto, estar no Congresso dialogando com os parlamentares sobre a importância desse projeto para uma categoria de papel estratégico como a nossa”

Boas lembranças

Fico feliz ao ver que o Sindjus vai cuidar do Clube do Servidor. Passei uma boa parte da minha infância naquele espaço, e tenho lembranças muito boas de lá. Sempre que passava pelo Setor de Clubes e via a fachada caindo aos pedaços, o clube cheio de mato, eu ficava muito triste. Espero em breve poder levar meus filhos ao Clube, para que eles aproveitem como eu aproveitei.

Liana Pereira dos Santos – MPDFT

E o nosso Plano?

Quando é que os diretores dos tribunais vão finalmente aprovar e encaminhar o nosso Plano de Carreira? Nossos salários estão defasados, já estamos na metade do ano, não podemos mais esperar!

Mauro Cardoso – TST

Desempenho

Gostaria de dar os parabéns ao Sindjus pela defesa dos nossos interesses no tocante ao desenvolvimento do Plano de Carreira. Especialmente quanto à Gratificação de Desempenho proposta pelos diretores gerais dos tribunais. Sou totalmente contra esse tipo de gratificação, porque acredito que não haja como medir a produtividade do servidor. Quais serão os parâmetros para essa avaliação? Não há como ser objetivo nessa questão. O que vai acontecer, se essa proposta passar, é que alguns serão injustiçados e outros receberão a gratificação baseado em critérios políticos. Temos que evitar isso!

Maria de Fátima Santana – TSE

Consumidor

Achei muito boa a reportagem sobre direitos do consumidor, publicada na última edição da revista do Sindjus. É impressionante como estamos desprotegidos diante de tantos abusos cometidos pelas empresas. Mas fiquei satisfeita ao ver que o Sindicato oferece

um serviço jurídico específico sobre esse assunto. Nunca recorri à Justiça para me defender de empresas desonestas, mas já me cansei de passar raiva. Da próxima vez vou procurar um advogado do Sindjus e vou defender os meus direitos. Se todos fizessem isso, com certeza as empresas seriam mais cuidadosas no trato com os clientes.

Rosimeire Santos – TJDFT

Arte na Igreja

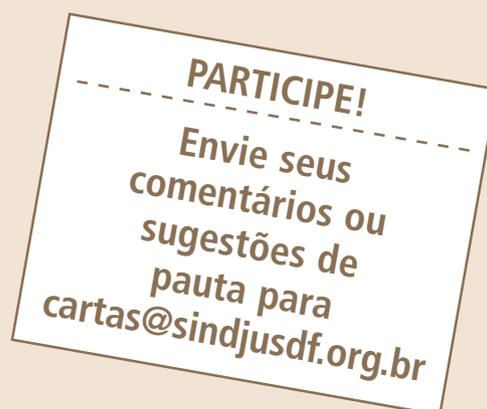
Parabéns pelo artigo sobre os murais da Igreja Nossa Senhora de Fátima. Eu não sabia que ali havia um mural pintado por Volpi, um dos maiores nomes das artes plásticas do nosso país. Como um mural pintado por Volpi pode ter sido destruído apenas por causa da vontade “de um pároco e de algumas senhoras”, como citou o artigo? Isso é inadmissível, foi um crime contra o patrimônio da nossa cidade, que aliás, é patrimônio cultural da humanidade, tombada pela Unesco. E agora querem fazer tudo de novo, retirando os novos murais coloridos pintados por Galeno. Pesquisei na internet e vi que ele é um artista internacionalmente reconhecido. Não podemos deixar essa história se repetir.

Ana Maria Borges – TST

Mutirão

Parabéns aos participantes do Mutirão Carcerário. Acho que qualquer tipo de ação que contribua para a justiça social ajuda a diminuir a criminalidade. Continuem assim!

José Raimundo Padilha – PGR



CAPA: FOTO DE ARTHUR MONTEIRO

Revista do Sindjus

Coordenação editorial

TT Catalão - Reg. Prof. 685-DF

Edição

Usha Velasco

Reportagem e redação

Carlos Tavares

Daniel Campos

Fabiola Góis

Thais Assunção

Revisão

Patcha Comunicação

Projeto gráfico e arte

Usha Velasco

Tiragem

12.000 exemplares

Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do MPU no DF

SDS, Ed. Venâncio V, Bl. R, s. 108 a 114

CEP 70393-900 - Brasília-DF

PABX (61) 3212-2613

www.sindjusdf.org.br

Coordenadores-gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato

Berilo José Leão Neto

Roberto Policarpo Fagundes

Coordenadores de Administração e Finanças

Cledo de Oliveira Vieira

Jailton Manguiera Assis

Raimundo Nonato da Silva

Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

José Oliveira Silva

Marília Guedes de Albuquerque

Newton José Cunha Brum

Coordenação de Formação e Relações Sindicais

José Joventino Pereira de Sousa

Antônio José Oliveira Silva

Eliane do Socorro Alves da Silva

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Sheila Tinoco Oliveira Fonseca

Maria Angélica Portela

Valdir Nunes Ferreira

Cotas raciais em universidades

Volto a um tema que já havia sido objeto de abordagem neste espaço (*Cotas contra a desigualdade racial*). E o faço em razão de ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) proposta pelo Democratas (DEM), ex-PFL, contra os atos normativos que estabelecem o sistema adotado pela UnB para ingresso de negros na universidade.

Submetida ao presidente do STF ainda no processo de julho, o autor requereu liminar para suspender o registro dos alunos aprovados no último vestibular, tanto pelo sistema universal quanto pelo sistema de cotas, para assim obter nova listagem de aprovados; e também para impor que os juízes e tribunais de todo o país determinassem a suspensão imediata de todos os processos que envolvam a aplicação de sistemas de cotas em universidades.

Ao prestar informações, a UnB reafirmou a convicção acerca da constitucionalidade do sistema por ela adotado, tanto mais que em consonância com as diretrizes de direito internacional dos direitos humanos, às quais o Brasil se vincula, além de explicar o alcance acadêmico do modelo autonomamente aplicado. Mostrou como, política e epistemologicamente, a instituição deu concretude a objetivos de justiça social, “amorenando” a universidade e equilibrando as proporções étnicas presentes na sociedade, de um lado, enquanto, de outro, a experiência abriu condições para fazer circular no ambiente do ensino e da pesquisa novos temas, cosmologias mais complexas e um diálogo mais amplo entre saberes.

Contra o argumento de que a medida proporciona um racismo invertido, salientou que o modelo adotado não deriva de uma concepção biológica restrita, mas, tal como o próprio STF já fixou em julgamento paradigmático, “a divisão dos seres humanos em raças resulta de um processo de conteúdo meramente político-social”, e é desse pressuposto, fenótipo, que se origina “o racismo que, por sua vez, gera a discriminação e o preconceito segregacionista” (*Habeas Corpus* nº 82.424, DJU de 19/3/2004, seção 1, p. 17).

Na manifestação apresentada ao Supremo, a AGU defendeu que as medidas de ação afirmativa

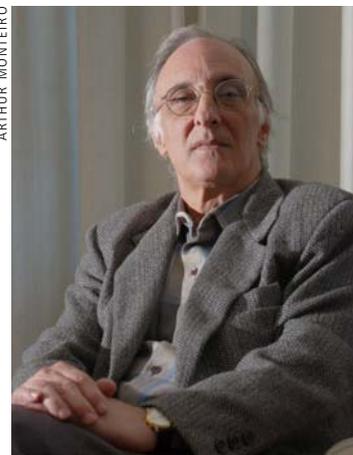
destinam-se a reduzir as desigualdades fáticas registradas entre os estudantes que competem para ingressar no ensino público superior. A peça elaborada pela Secretaria Geral de Contencioso (SGCT) lembrou a tradicional posição da jurisprudência do STF, no sentido de garantir a participação das minorias no processo democrático de formação de opinião e vontade, em todas as suas esferas.

Em seu parecer, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, afirmou que as cotas não só respeitam o princípio da igualdade como também ajudam a alcançar esse preceito constitucional. O procurador citou também a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação, da qual o Brasil é signatário desde 1968. A convenção recomenda às nações a implantação de políticas de ação afirmativa para reverter a trajetória de minorias que sofrem discriminação.

Para o procurador-geral, “o mito da democracia racial transformou-se em retórica oficial, passando a servir como um alibi para que o Estado e a sociedade brasileira nada fizessem a respeito da discriminação”. Além disso, ele sustentou que as cotas atendem ao chamado princípio da justiça distributiva e ajudam a quebrar estereótipos e a promover maior pluralismo. Ainda segundo o procurador, “o quadro de dramática exclusão do negro justifica medidas que o favoreçam e que ensejem uma distribuição mais igualitária de bens escassos, como são as vagas em uma universidade pública, visando à formação de uma sociedade mais justa”.

O presidente do STF, Gilmar Mendes, não concedeu a liminar e remeteu o debate ao Plenário, que é o mais apropriado para a dimensão do tema que foi levado ao Supremo, assegurando um auditório amplo, que permita ao país mobilizar-se para discussão tão relevante. Trata-se, agora, de participar fortemente desse debate, procurando dar sustentação a ações afirmativas enquanto reconhecimento de um direito emancipatório com o qual, como lembra Boaventura de Sousa Santos, “a diferença não nos inferiorize e a igualdade não nos descaracterize”.

ARTHUR MONTEIRO



José Geraldo de Sousa Junior

Reitor da Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Direito e coordenador do projeto *O Direito Achado na Rua*

“As cotas deram concretude a objetivos de justiça social, equilibrando as proporções étnicas presentes na sociedade, e fizeram circular no ambiente do ensino e da pesquisa novos temas, cosmologias mais complexas e um diálogo mais amplo entre saberes”

O pró-labore de José Geraldo para este artigo é doado mensalmente à campanha de voluntariado *Eu Dão Talento* (veja em www.sindjusdf.org.br)

Trabalhando com o inimigo

Gráficos, médicos e dentistas estão entre os beneficiados pelo MI 824, que garante aposentadoria especial a servidores com trabalho insalubre

Carlos Tavares

Veloso está sentado próximo a uma bancada estreita e comprida onde se dobram papéis impressos para revistas, boletins e formulários do Tribunal Regional Federal (TRF), na gráfica do órgão, em uma tarde de julho. Está debruçado sobre um papel onde verifica números e nomes. Conta, checa, reconta, lê, relê. Alguém se aproxima dele pelas costas e para bem perto. É Antônio de Souza Brandão. O colega grita pelo seu nome várias vezes, mas Veloso não se mexe do lugar. Prossegue a conferir números e palavras em um grau de concentração elevadíssimo.

Eurípides Veloso tem 47 anos de vida e 31 de trabalho em gráfica. Apesar de ter perdido 60% da audição ao longo desses anos, insiste em continuar na área. “É o jeito, tenho de sobreviver e sustentar a família”, justifica, após despertar dos números e iniciar uma conversa com Brandão, o supervisor da Divisão de Impressão. “No últi-

mo exame, este ano, a médica disse que eu perdi mais 5% da audição”, acrescenta.

As máquinas da gráfica produzem os mais diferentes tipos de ruído; quando todas estão ligadas, a contagem de decibéis ultrapassa a casa dos 100. Um pouco mais (115 decibéis) equivale a ficar ao lado de um avião, próximo às turbinas, sem nenhuma proteção nos ouvidos. A Norma Regulamentadora nº 15, do Ministério do Trabalho e Emprego, determina que em turnos de seis horas de trabalho, como o de Veloso e Brandão, o máximo permitido é 87 dB; se passar de 100, o servidor pode permanecer no ambiente uma hora no máximo.

Mas não é isso que ocorre. Há algo errado nas gráficas do Distrito Federal e do país. Pesquisa do Ministério da Saúde, de 2000, destaca que 60% dos gráficos brasileiros apresentam algum tipo de problema auditivo – de uma simples otalgia (dor) ou otorreias (secreção) a traumas acústicos severos. Além disso, sofrem de

hipertensão, males cardíacos, doenças gástricas e distúrbios emocionais, que desenvolvem de forma precoce.

A mesma pesquisa mostra que um percentual inexpressivo opera com equipamentos de proteção, como protetores auriculares e máscaras, no caso de manuseio de solventes e tintas. “Existem, hoje, programas de redução progressiva de ruídos que a maioria das empresas ignora; isso agrava a situação de quem trabalha em indústrias gráficas, siderurgias e refinarias de petróleo”, adverte o médico da Universidade de Brasília (UnB), André Sampaio, responsável pelo primeiro implante de cóclea (ouvido biônico) do DF, em 2008.

“O trabalhador de gráfica exposto à pressão sonora muito intensa não chega a ficar surdo, mas apresenta perdas auditivas graves e problemas como alterações emocionais, insônia e zumbido. Aliás, o zumbido é o principal sintoma de doenças auditivas adquiridas”, acrescenta o otorino. Problemas de saúde como esses têm tratamento, mas não têm cura. “A reabilitação é feita com prótese e esses aparelhos são caros”, explica Sampaio. Ele recomenda, como medidas preventivas, o uso de protetores auriculares e de outros equipamentos indispensáveis em certas atividades profissionais.

Para o médico do HUB, os gráficos de Brasília e os trabalhadores do Aeroporto JK (as duas principais fontes de ruídos do DF) devem exigir das empresas que elas criem programas de redução progressiva de ruídos. Esses programas prevêm tecnologias modernas que permitem, por exemplo, operar uma máquina à distância; incluem também manutenção periódica dos equipamentos, educação do trabalhador e melhor planejamento dos intervalos, entre outras medidas.

André Sampaio: doenças auditivas adquiridas têm tratamento, mas não têm cura



FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



Servidores na gráfica do TRF: seis horas diárias de ruído excessivo e inalação de produtos tóxicos

Zumbidos no ouvido, alergias, hipertensão

Antônio de Souza Brandão, 52 anos, o chefe de Veloso, manteve intacta sua audição, apesar dos 18 anos de trabalho na gráfica. Mas ele não se vangloria disso, porque, em compensação, dorme todas as noites com uma abelha de estimulação no interior do ouvido. “Além do zumbido, tem um barulho abafado lá dentro que não sei de onde vem”, relata. Brandão se encaixa no perfil de quem adquiriu as perturbações fisiológicas às quais se referiu o médico André Sampaio: todos os dias ele usa, por recomendação médica, quatro tipos diferentes de remédios para tratar alergias, úlcera, hipertensão e insônia.

“Aqui é assim: quando não é uma coisa, é outra”, brinca, e aponta para um saco de cola à base de copolímeros de etileno, acetato de vinila, soda cáustica e outros compostos químicos que podem provocar de uma simples irritação na pele a uma grave intoxicação. “Essa máquina, a caepadora (que faz as capas das publicações), é uma das que mais causam problemas, porque usamos cola o tempo todo e o cheiro dela é insuportável”, observa o supervisor. Todas as tintas, solventes e inalantes são substâncias de um grupo químico chamado de hidrocarbonatos, que podem

causar danos irreversíveis ao sistema nervoso central, dependendo do tempo de exposição do trabalhador.

Produtos tóxicos: riscos de dano ao sistema nervoso central

Brandão faz parte de um grupo expressivo de servidores interessados em saber se têm direito à aposentadoria especial, e que fizeram consultas ao Sindjus assim que souberam do julgamento do Mandado de Injunção 824, impetrado pelo Sindicato no Supremo Tribunal Federal em maio, com decisão favorável aos trabalhadores. Outros já se anteciparam e começaram a recolher documentos para pedir essa modalidade de aposentadoria.

“Ainda não levei a documentação, mas fiz uma consulta aos advogados do sindicato”, comenta o gráfico Roque Antônio da Silva, 54 anos e 30 de serviço, dos quais 18 na gráfica do TRF. Ele está de licença médica por dois anos. “Tenho bursite crônica, gastrite, hipertensão e trauma auditivo. Sou dos que mais vibraram com essa votação. Quero me aposentar o quanto antes, para cuidar da minha família e da minha saúde”, afirma.

Quando atendeu ao telefone para conversar com a *Revista do Sindjus*, Roque havia acabado de fazer mais uma bateria de exames e ainda estava em um hospital da cidade. Além de Brandão e Roque, procuraram apoio do sindicato os gráficos Carlos Vaz e Aurélio Ricardo Fernandes, do TRF. Todos têm em comum no mínimo dois pontos: problemas de saúde e tempo de serviço suficiente para adquirir o benefício da aposentadoria especi-

al, agora garantido pelo MI 824.

Porém, os casos desses gráficos, e de todos que procurarem o Sindjus em busca de orientação – não importa a área de trabalho – serão tratados de acordo com suas peculiaridades em relação ao tempo de serviço e à aplicação das leis. “Temos de analisar os casos um por um, sobretudo em relação a direitos após a aposentadoria, como as questões da paridade e integralidade salarial, por exemplo”, explica o advogado Marcos Joel Almeida Santos, da equipe jurídica do sindicato.

Em resposta a um requerimento administrativo enviado ao STF no começo de julho, o Sindjus obteve a certidão de julgamento do MI 824, que trata dessa aposentadoria especial. O requerimento também pede a expedição de ofícios a todos os órgãos, para que atendam aos servidores que se enquadram na decisão. O sindicato adotou outra medida para apressar o processo de expedição dos documentos: “Vamos nos adiantar e juntar em todos os órgãos a cópia autenticada da certidão do julgamento para que os servidores interessados possam, desde já, apresentar seus requerimentos”, destacou Policarpo, coordenador-geral do Sindjus. Uma grande quantidade de servidores interessados no benefício procurou o setor jurídico do Sindjus desde meados de maio, logo após o voto positivo do ministro Eros Grau, relator do MI 824.



ARTHUR MONTEIRO

Sem proteção

Na gráfica do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) encontra-se a mesma situação do TRF: jornada ininterrupta de seis horas, na maioria das vezes sem equipamentos de proteção, e um percentual elevado de doenças. Mas, segundo um servidor que não quis se identificar, há complicadores: falta de manutenção nas máquinas, inalação de substâncias nocivas e inobservância da lei que manda fazer testes no maquinário e exames de audiometria nos servidores.

“Estou aqui há 17 anos e nunca vi a direção fazer laudos”, reclama Ricardo Pereira Henriques de Moura, delegado sindical na área em que trabalha. “Perdi 25% da audição e o exame foi pago por mim.” O diretor da gráfica, Sérgio da Silva, afirma que os laudos são feitos como manda a lei, assim como os exames médicos.

LIMITES DE TOLERÂNCIA PARA RUÍDO CONTÍNUO OU INTERMITENTE



cerino.com.br



NÍVEL DE RUÍDO (EM DECIBÉIS)	MÁXIMA EXPOSIÇÃO DIÁRIA
85	8 horas
86	7 horas
87	6 horas
88	5 horas
89	4 horas e 30 minutos
90	4 horas
91	3 horas e 30 minutos
92	3 horas
93	2 horas e 40 minutos
94	2 horas e 15 minutos
95	2 horas
96	1 hora e 45 minutos
98	1 hora e 15 minutos
100	1 hora
102	45 minutos
104	35 minutos
105	30 minutos
106	25 minutos
108	20 minutos
110	15 minutos
112	10 minutos
114	8 minutos
115	7 minutos

Tire suas dúvidas

Orientações do Sindjus sobre a aposentadoria especial

No dia 1º de junho transitou em julgado a decisão do ministro Eros Grau, do STF, no Mandado de Injunção 824, impetrado pelo Sindjus para garantir a aposentadoria especial aos servidores do Poder Judiciário e Ministério Público lotados no DF cujas condições de trabalho prejudicam a saúde ou a integridade física. Os servidores filiados ao Sindjus já podem requerer a aposentadoria especial. Os pedidos serão analisados pelos órgãos à luz do artigo 57 da Lei 8.213.

Para apresentar o requerimento de aposentadoria especial o servidor deve agendar um atendimento jurídico no sindicato e levar todos os documentos sobre a situação, como histórico funcional e laudos periciais sobre insalubridade ou periculosidade. Os advogados do Sindjus analisarão os documentos e elaborarão o requerimento, conforme cada caso. Veja, a seguir, as respostas para algumas dúvidas.

Quem é afetado pela decisão do MI 824?

Servidores filiados ao Sindjus que exercem atividades sob condições especiais, que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Quais são as condições especiais para fins de aposentadoria especial?

A aposentadoria especial prevista na Lei 8.213 é regulamentada pelo Decreto 3.048 (Regulamento da Previdência Social), que traz, no Anexo IV, a relação dos agentes prejudiciais (químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes). O primeiro passo para apurar o direito à aposentadoria especial é verificar se a atividade do servidor inclui exposição a algum desses agentes.

Quais os requisitos que o servidor deve preencher para ter direito à aposentadoria especial?

Comprovar o desempenho de atividade em condições especiais (agentes nocivos), *de forma permanente*, não ocasional nem intermitente, pelos períodos mínimos definidos (15, 20, ou 25 anos, conforme o agente nocivo). É importante provar a efetiva exposição, pois não mais vigoram os dispositivos que presumiam condições especiais em determinadas atividades.

Qual o tempo para obter a aposentadoria?

O período mínimo é de 15, 20 ou 25 anos, de acordo com a situação. Por exemplo, o servidor exposto ao agente nocivo benzeno (item 1.0.3 do Anexo IV do Decreto 3.048) faz jus à aposentadoria especial quando completar 25 anos de atividade nessas condições.

Risco para médicos e dentistas

O mandado de injunção é um instrumento que assegura um direito constitucional quando o Legislativo se omitir na produção da lei que regularia esse direito. “O MI 824 viabilizou a aposentadoria especial para o servidor público nos moldes da Lei 8.213, de 1991, que trata dos trabalhadores do setor privado”, explica o advogado Jean Ruzzarin, do Sindjus. Tem direito a esse benefício o servidor sujeito a condições especiais de trabalho que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Quase todos os servidores que consultaram o Sindjus se enquadram nos requisitos da lei. “Certa vez eu estava aplicando uma anestesia em um paciente e ela não pegou. Na segunda tentativa, a agulha espetou meu dedo”, relata o odontólogo do STF Cláudio José Ramos. O dentista – que consultou os advogados do sindicato sobre o benefício – não foi contaminado, mas passou por maus momentos até receber os exames que teve de fazer para saber se havia sido infectado por algum

vírus. Estudos feitos pelo Center for Disease Control (CDC), American Dental Association (ADA) e Ministério da Saúde, responsáveis pelo protocolo de controle de infecção na prática odontológica, mostram que o dentista corre um risco de contaminação de três a seis vezes maior que a população em geral.

“A nossa atividade envolve perigo. Estamos expostos a respingos de sangue e saliva, espetadas de agulhas e outros acidentes com objetos perfuro-cortantes”, observa Ramos. Ele conta que há poucos dias uma colega recebeu um respingo de sangue no olho, quando fazia uma raspagem em um paciente. Conta também que outro colega, periodontista, trabalha num hospital que só atende pacientes com HIV. E indaga: “É ou não é um trabalho de risco?”

“A partir da década de 1980, com o aparecimento da aids, cresceu no meio médico e odontológico a preocupação com as infecções”, explica o médico Júlio César Mattos, do TSE, outro profissional que se enquadra



Classificação dos Principais Riscos Ocupacionais em Grupos, de acordo com sua Natureza

Grupo 1 Verde	Grupo 2 Vermelho	Grupo 3 Marrom	Grupo 4 Amarelo	Grupo 5 Azul
Riscos físicos	Riscos químicos	Riscos Biológicos	Riscos ergonômicos	Riscos de acidentes
Ruídos	Poeiras	Vírus	Esforço físico intenso	Arranjo físico inadequado
Vibrações	Fumos	Bactérias	Levantamento e transporte manual de peso	Máquinas e equipamentos sem proteção
Radiações ionizantes	Névoas	Protozoários	Exigência de postura inadequada	Ferramentas inadequadas ou defeituosas
Radiações não ionizantes	Neblinas	Fungos	Controle rígido de produtividade	Iluminação inadequada
Frio	Gases	Parasitas	Imposição de ritmos excessivos	Eletricidade
Calor	Vapores	Bacilos	Trabalho em turno e noturno	Probabilidade de incêndio ou explosão
Pressões anormais	Substâncias, compostos ou produtos químicos		Jornadas de trabalho prolongadas	Armazenamento inadequado
Umidade			Monotomia e repetitividade	Animais peçonhentos
			Outras situações causadoras de stress físico e/ou psíquico	Outras situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes





Cláudio José Ramos: risco de contaminação três a seis vezes maior que a população em geral

ARTHUR MONTEIRO

no perfil para a aposentadoria especial e que já procurou o Sindjus. “Quero, primeiro, saber quais as vantagens, onde me encaixo, se vou ter direito à paridade e integralidade, porque tem pontos que não entendi direito”, diz Júlio César, que tem 21 anos de serviço no tribunal e treze na Marinha. O dentista Cláudio Ramos e a médica do TST Esterlina Santa de Araújo fazem coro a essas dúvidas: “Estou aguardando a documentação que pedi ao tribunal para fazer outra consulta ao sindicato”, diz Esterlina, que além de 25 anos no TST trabalhou na Faculdade de Ciências Médicas da UnB.

Os três profissionais da área de saúde não têm dúvidas em relação ao risco constante de seu trabalho. “Além da hepatite B e C, estamos expostos a radiações ionizantes, tuberculose, herpes labial e outras infecções, no contato diário com lâminas de laboratório, curativos e cirurgias”, justifica a médica do TST. “Trabalhamos cercados de vírus, bactérias, fungos, protozoários e outros agentes biológicos e químicos que nos põem em alerta”, lembra Mattos.

Deficientes, oficiais de justiça e agentes de segurança

Têm sido frequentes no DF e no Brasil casos de agressão e assassinato de oficiais de Justiça, agentes e inspetores de segurança – estes últimos com menor incidência – no exercício de suas funções. O mais recente, da oficial de Justiça Sandra Regina Ferreira, morta em abril com nove tiros, reacendeu o debate sobre a atividade desses profissionais, que praticamente exercem o papel de um juiz que vai às ruas. O simples fato de tentar localizar a pessoa – ou de levar más notícias – já configura risco. Há vários casos de morte (como o de Diana Soares Ribeiro da Silva, em junho de 2008, e o de Terezinha Vieira de Souza, em maio de 2006, em Samambaia) e de agressões, como aconteceu com Bruno Américo Carneiro, que foi agredido e teve o carro roubado por bandidos em Itapoã.

“Por causa desses casos, o Sindjus

está com outro mandado de injunção já concluso no STF, aguardando apenas decisão do relator, o ministro Ricardo Lewandowski. Esse MI trata dos servidores que exercem atividades de risco”, explica o coordenador-geral do Sindjus, Policarpo, que espera obter a decisão logo após o fim do recesso. O Mandado de Injunção 844 pede a aplicação da Lei Complementar nº 51, para garantir aposentadoria especial a oficiais de justiça, inspetores e agentes de segurança.

O Sindjus prepara agora um terceiro mandado de injunção, este para pessoas “portadoras de deficiência”, conforme o artigo 40 da Constituição. “Como nesse caso não há regra legal a ser aplicada por analogia, a equipe jurídica está elaborando um estudo dos projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional, para aproveitar a melhor proposta a ser obtida

mediante a injunção”, explica o advogado Jean Ruzzarini.

De acordo com os estudos em andamento, o Sindjus vai propor, entre outras alternativas, criar e descentralizar os serviços de habilitação e reabilitação de pessoas com necessidades especiais, além de fortalecer os serviços já existentes com equipes multidisciplinares, garantindo a hidroterapia e equoterapia, por exemplo, em convênio com entidades qualificadas. Também vai propor uma fiscalização rigorosa do Estado para assegurar o cumprimento da cota legal para pessoas com deficiência; a regulamentação da profissão de tradutor/intérprete, guia-intérprete e instrutor de Libras; e a garantia de recursos para programas de educação, esporte, lazer e cultura. O MI também contemplará benefícios nas áreas de saúde, trabalho e acessibilidade.

Iguais perante a lei

ADI em tramitação no STF abre caminho para o reconhecimento legal da união entre pessoas do mesmo sexo

**Fabiola Góis
e Carlos Tavares**

Uma servidora do Supremo Tribunal Federal (STF), filiada ao Sindjus, conseguirá em breve incluir a companheira no plano de saúde do órgão, o STF-Med. Depois de lutar durante mais de onze anos contra o preconceito na sociedade, as duas começam a conquistar direitos que até pouco tempo atrás seriam impossíveis. O STF editou o Ato Deliberativo 27/2009, que permite aos servidores que vivem relações homoafetivas estáveis incluírem seus parceiros como dependentes do plano de saúde. A medida está em vigor desde o dia 1º de julho e foi discutida durante reunião do Conselho Deliberativo do STF-Med, realizada em janeiro e junho deste ano.

Com esse entendimento, o STF demonstra que o preconceito tem diminuído também entre os magistrados. O tribunal abriu um precedente importante para casais homossexuais

O caso de Frida (nome fictício) vai além do plano de saúde. Ela entrou com ação em 2007 para garantir à companheira, Dianeli, tantos os direitos ao plano quanto à obtenção de benefícios previdenciários, como, por exemplo, a

pensão em caso de falecimento, as licenças para tratamento de saúde e possibilidade de remoção no caso de deslocamento da companheira.

“Na época, o STF negou o pedido; por isso entramos com uma ação na Justiça Federal, por intermédio do setor jurídico do Sindjus”, explica Frida. Ela espera que a decisão seja favorável ao seu pleito. Primeiro ela apelou internamente, sem necessidade de uma ação na Justiça, mas os ministros votaram contra.

“O mais irônico é que o próprio STF já havia se pronunciado a favor de um caso semelhante, o de um funcionário da Caixa que teve seu pedido de concessão de benefícios ao companheiro negado pelo INSS. Ele recorreu ao Supremo e obteve decisão favorável”,

Pensão em caso de falecimento, licença para tratamento de saúde e remoção em caso de deslocamento da companheira são alguns dos direitos em jogo para os casais homossexuais

Novos tempos

Mestre e doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a juíza Claudia Thomé Toni (foto) é autora da dissertação *A união estável e a união homoafetiva no Direito Penal*. A magistrada afirma que ainda não há no Brasil uma legislação que corresponda às necessidades de mudança da sociedade, como, por exemplo, na relação homoafetiva. “A nossa sociedade se transforma com uma velocidade que nós não acompanhamos como deveríamos. O Poder Judiciário tem feito um papel relevante nesse ponto, porque consegue suprir lacunas na lei”, destaca a autora, em entrevista ao programa *Defenda sua Tese*, na TV Justiça.



DIVULGAÇÃO



ARTHUR MONTEIRO

lembra Dianeli, decepcionada com a mudança de atitude da Corte, no caso dela e de Frida. Faltam apenas alguns trâmites burocráticos para que ela seja incluída no STF-Med.

Para ter direito a colocar como dependente o companheiro ou companheira, o servidor deve comprovar que a união é estável, apresentando uma declaração pessoal. Essa união também poderá ser comprovada por cópia autenticada de declaração conjunta de imposto de renda; referência ao companheiro no testamento; comprovação de residência em comum há mais de três anos; comprovação de financiamento de imó-

vel em conjunto ou de conta bancária conjunta há mais de três anos.

É preciso comprovar que não existe, da parte de nenhum dos dois companheiros, qualquer impedimento decorrente de outra união. Para esses casos, poderá ser apresentada declaração de estado civil de solteiro firmada pelos companheiros; certidão de casamento com a averbação da sentença do divórcio; sentença que tenha anulado casamento ou certidão de óbito do cônjuge, na hipótese de viuvez.

A luta pelo reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo tem ganhado defensores em

todos os setores. No Ministério Público, há uma defensora que promete levantar debates históricos. A procuradora Deborah Duprat, que assumiu a Procuradoria-Geral da República por 22 dias, defende que o Judiciário se posicione sobre o tema.

Duprat ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para levar a Suprema Corte brasileira a declarar que é obrigatório o reconhecimento, no Brasil, da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, desde que atendidos os requisitos exigidos para a constituição da união estável entre homem e mulher.

Questão fundamental para a sociedade

Na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 178), apresentada em 2 de julho passado, com pedido de liminar, a procuradora Déborah Duprat pediu, também, que os mesmos direitos e deveres dos companheiros nas uniões estáveis sejam estendidos aos companheiros nas uniões entre pessoas do mesmo sexo. A ADPF é instrumento jurídico próprio para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público.



Deborah Duprat: "mesmos direitos e deveres"

U. DETTMAR/STF

Essa ADPF começou depois que Duprat apresentou parecer opinando pela procedência da ação em que o governador Sérgio Cabral pede que o regime jurídico das uniões estáveis, previsto no artigo 1.723 do Código Civil, seja aplicado às uniões homoafetivas no estado do Rio de Janeiro. Na ADPF 132, Sérgio Cabral pretende que a equiparação seja feita para beneficiar os funcionários públicos civis estaduais. Mas nesse processo, afirma Duprat, a Advocacia-Geral da União apresentou uma preliminar a respeito da pertinência temática sustentando, ao final, que aquela ação, quando muito, poderia ter efeito apenas no Rio de Janeiro. "Entendemos que a questão é fundamental para toda a sociedade brasileira. E para não correr o risco do Supremo também concluir como a AGU, decidimos propor essa ação", explica.

No parecer, Deborah defende que o Supremo dê ao pedido caráter nacional e declare a "obrigatoriedade do reconhecimento, como entidade familiar, da união entre pessoas do mesmo sexo". Pretende ainda que o Supremo declare que "os mesmos direitos e deveres dos companheiros nas uniões estáveis estendam-se aos companheiros nas uniões entre pessoas do mesmo sexo".

O presidente do STF, Gilmar Mendes, no entanto, pediu que a ação fosse mais específica. No despacho, Mendes disse que não estavam claros quais seriam os atos do poder público contrários aos preceitos fundamentais citados na ADPF. A ação foi reatuada por ele e transformada em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4.277). O ministro informou que, como a PGR pediu na ação que, alternativamente,

a ADPF fosse recebida pelo STF como Ação Direta de Inconstitucionalidade, decidiu acolher esse segundo pedido.

AVANÇO – Frida e Dianeli consideram que a posição da procuradora Deborah Duprat sinaliza a existência de novas mentalidades no Poder Público e a reciclagem das instituições com a renovação de seus quadros – desde os ministros até os servidores de apoio ao funcionamento do Judiciário. "Fomos muito bem tratadas nas vezes que procuramos os setores técnicos e administrativos para dar entrada em nossos requerimentos e ações", confirma Dianeli, que trabalha na Câmara dos Deputados.

As duas servidoras justificam o seu pedido de várias maneiras, mas a mais concreta é de ordem financeira. Elas sentem que há entraves a seus planos de vida enquanto entidade familiar constituída à base de um princípio universal ao qual não cabe interpretação jurídica: o afeto e a estabilidade emocional. "Se pudéssemos ter um mesmo plano de saúde, estaríamos economizando; se pudéssemos fazer um financiamento conjunto, teríamos construído a nossa casa há muito tempo", exemplifica Frida.

Agora resta ao casal aguardar a decisão da Justiça Federal, que deverá ser divulgada em breve. "A perspectiva é boa; creio que o voto será a favor não só do plano de saúde", diz, com esperança, a funcionária da Câmara. Mas a expectativa não é só de Dianeli e Frida; o reconhecimento da união estável é aguardado com ansiedade por milhares de homossexuais que vivem maritalmente no país.

Tribunal pioneiro

O pioneiro no reconhecimento dos direitos nas relações homoafetivas é o Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ), no processo envolvendo os bens deixados pelo artista plástico Jorge Guinle Filho, que morreu depois de ter convivido por 17 anos com

um companheiro do mesmo sexo. Hoje, segundo a procuradora Déborah Duprat, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul também já avançou em diversos pontos sobre o assunto. Um dos entendimentos do órgão é declarar a competência das varas de família para julgamento das ações de dissolução de união entre pessoas do mesmo sexo, viabilidade de adoção conjunta de criança por casal homos-

sexual e possibilidade de reconhecimento dessas entidades familiares.

Também no campo previdenciário há decisões de quatro Tribunais Regionais Federais e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconhecendo o direito do homossexual ao recebimento de pensão do INSS ou estatutária, em caso de óbito do seu companheiro ou companheira.



ARTHUR MONTEIRO

Segundo a ADI, negar a equiparação é rebaixar o homossexual "à condição de cidadão de segunda classe"

Dignidade da pessoa humana

Sobre o mérito da ação, a PGR defende a tese de que "se deve extrair diretamente da Constituição de 1988, notadamente dos princípios da dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III), da igualdade (artigo 5º, caput), da vedação de discriminações odiosas (artigo 3º, inciso IV), da liberdade (artigo 5º, caput) e da proteção à segurança jurídica, a obrigatoriedade do reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar". E que o artigo 1723 do Código Civil, que trata do reconhecimento da união estável entre o homem e a mulher, deve ser compreendido com base nesses princípios constitucionais, diz o Ministério Público Federal.

A matéria terá rito abreviado, ou seja, a ação deverá ser julgada diretamente pelo Plenário da Corte, sem análise da liminar, depois de ouvida a Advocacia Geral da União e a PGR. Até o

fechamento desta edição, no final de julho, não havia decisão.

A visão da procuradora Deborah Duprat reflete os anseios da sociedade e demonstra que no Ministério Público o preconceito está sendo banido. Para ela, "a negativa do caráter familiar à união entre parceiros do mesmo sexo representa uma violência simbólica contra os homossexuais, que referenda o preconceito existente contra eles no meio social". Deborah explica que a negativa de equiparação "é, em si mesma, um estigma, que explicita a desvalorização pelo Estado do modo de ser do homossexual, rebaixando-o à condição de cidadão de segunda classe. A união entre pessoas do mesmo sexo é hoje uma realidade fática inegável, no mundo e no Brasil" e não há "qualquer justificativa aceitável" para se impedir que casais homossexuais tenham os mesmos direitos de casais heterossexuais.

Texto anacrônico

Diante da inexistência de legislação infraconstitucional regulamentadora, a procuradora Déborah Duprat defende que sejam aplicadas analogicamente as normas que tratam da união estável entre homem e mulher.

O problema é o Código Civil, que, em seu artigo 1723, circunscreve a união estável às relações existentes entre homem e mulher, em sintonia com o artigo 226, parágrafo 3º, da Constituição Federal (CF) de 1988. Dispõe esse artigo que, "para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar a sua conversão em casamento".

Homofobia diminui

A luta pelo reconhecimento da união homossexual começou em 1995, quando a então deputada federal Marta Suplicy enviou projeto de lei ao Congresso para regulamentar o assunto. O projeto sofreu críticas por parte da bancada conservadora, alegando que a união não era constitucional.

Desde então, centenas de entidades que defendem direitos humanos passaram a se debruçar sobre o tema. Júlio Cardia, vice-presidente do Grupo Estruturação, ONG que promove a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, a mais antiga do Centro-Oeste, conta que a luta árdua tem valido a pena. Ele apoia a postura da procuradora.

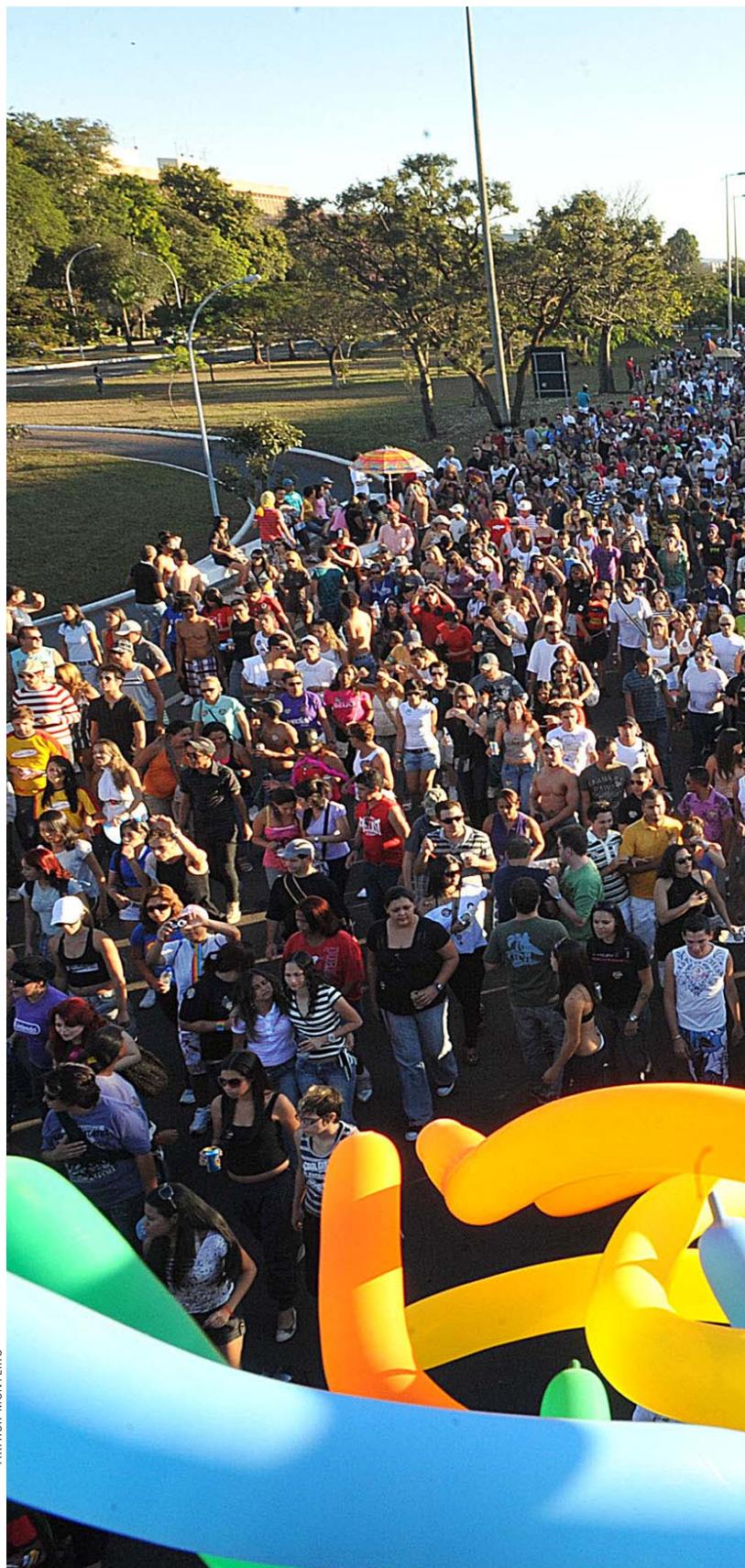
“Ações como essa mostram a diminuição da homofobia. É uma conquista muito aguardada pela comunidade”, afirma. Para ele, negar o direito de entender um benefício ao parceiro de um servidor público é cercear a liberdade desse cidadão.

O advogado Rodrigo Viana, professor de Direito na AEUDF, afirma que o entendimento do STF ao permitir que o servidor inclua o parceiro no plano de saúde é um avanço, mas ainda é restritivo. “O Supremo exige pelo menos um ano de convivência entre os parceiros homossexuais, mas não exige isso de um casal heterossexual. É um fator limitador. Defendemos a equiparação”, explica.

Quando atuava no Centro de Referência de Direitos Humanos LGBT (da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República), há três anos, Viana foi advogado de dois servidores do Executivo que conseguiram incluir os companheiros no plano de saúde Geap. “Os contratos dos planos de saúde não vedam a inclusão de parceiro homossexual. A questão é como se interpreta a legislação: geralmente, é por meio da restrição. Isso precisa acabar, porque 14% da população brasileira é declaradamente homossexual”, cita.

O servidor fez um pedido administrativo à Geap, que foi negado sob o argumento de que a Constituição não prevê a união homossexual. O advogado conta que entrou com um mandado de segurança na Justiça Federal. O parecer da Procuradoria foi favorável à concessão e o juiz também deu parecer favorável. A Geap recorreu, a União também. Em segunda instância foi mantida a decisão anterior, e a Geap foi obrigada a incluir o companheiro como dependente. Como não houve recurso, a sentença foi mantida e transitou em julgado.

12ª Parada do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Simpatizantes: tema deste ano foi inclusão social e cidadania de jovens LGBTs



ARTHUR MONTEIRO

Multidão defende direitos de LGBTs

O reconhecimento legal da união homossexual foi um dos temas da 12ª Parada do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Simpatizantes (LGBTs) de Brasília. O evento, já tradicional na cidade, aconteceu no dia 19 de julho e reuniu cerca de 20 mil pessoas no Eixão Sul, com uma expressiva participação de

jovens na faixa entre 16 e 30 anos.

O tema deste ano foi "jovens LGBTs: inclusão e cidadania". Voluntários distribuíram preservativos e panfletos educativos, com o objetivo de motivar o público jovem a lutar contra o preconceito nas escolas, faculdades e locais de trabalho. Representantes de ONGs usaram os carros de som

para reivindicar a criação do Conselho Distrital da Cidadania LGBTs, vinculado à Secretaria de Justiça do GDF.

Quatro trios elétricos animaram a festa, enfeitada por três mil balões com as cores do arco-íris, símbolo do movimento gay.

Fonte: Correio Braziliense



Opiniões divididas

A proposta dos diretores e secretários-gerais para o novo plano de carreira traz um ponto polêmico: a Gratificação por Desempenho, paga de acordo com a avaliação dos servidores. Policarpo, representante do Sindjus na Comissão Interdisciplinar, acredita que essa avaliação seria injusta. Ele se contrapôs à Gratificação de Desempenho e apresentou uma proposta que foi adotada pela Comissão: a substituição da GD pela Gratificação de Representação (GR), paga a todos que não possuem FC, CJ, GAS e GAE, e um reajuste de 15% sobre a remuneração. A Revista do Sindjus ouviu a opinião dos servidores sobre as propostas.

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



Acho que devem ser adotados critérios mais objetivos na proposta dos DGs e SGs. Essa gratificação poderia ser substituída por uma outra atividade, um curso de mestrado ou doutorado, por exemplo. Assim, teríamos uma forma concreta de cobrar resultados.

César do Nascimento,
técnico que apoia
especializado da PGR



Como você vai medir o desempenho? Isso muito complicado. A tendência é que você seja julgado politicamente, a não ser que haja uma maneira clara de estabelecer o que é desempenho. Sou totalmente contra, porque não temos índices e mecanismos para isso. Essa avaliação poderia ser realizada de outra forma, mais clara e menos subjetiva.

Jackson Artaxerxes Matos,
analista judiciário do CJF



O Tribunal funciona com estatísticas e metas. Por isso, acho que a GD beneficiará as pessoas que conseguem cumpri-las. Também vai ajudar os ministros na quantidade de processos. A GD pode motivar os servidores, porque a produção é o nosso principal objetivo.

Gabriela Borges de Gueiros,
analista judiciária do TST



Concordo com a regulamentação da Gratificação por Desempenho, porque acho que ela será um incentivo para os servidores. Eles vão atender melhor o público e darão mais celeridade ao trabalho do Judiciário. O servidor será incentivado a trabalhar cada vez mais e com mais qualidade.

Nelson Alves Carneiro,
analista judiciário do TST



Sou favorável à aplicação da GD, mas como será feita a avaliação? Já temos um sistema de avaliação; não entendo como seria esse novo. Seriam usadas todas as avaliações que são feitas no serviço público ou seria um processo a partir de agora?

Dirceu Pinheiro Artur Verde, técnico judiciário do TST



O artigo apresentado pelos DGs e SGs carece de melhor especificação em relação ao conteúdo a ser normatizado. Caso continue como está, vai delegar a uma norma inferior a criação das condições para o exercício desse direito. Seria bom que se incluísse previamente algum comando para dar diretriz à norma complementar.

Cleber Amâncio Silva da Gama, técnico jud. do CJF



Concordo com a gratificação. Acho que ela pode, de certa forma, aumentar a qualidade do serviço público e a qualidade do trabalho do servidor. Acredito que os servidores terão interesse em demonstrar melhor desempenho, para obter o acréscimo do salário.

Thiago Parrine Tunhóle, técnico de transporte da PGR



Sou totalmente contra a GD. Não há como medir a produtividade do servidor, porque ele está sempre em grande movimentação: faz um serviço importante agora, daqui a pouco chega outro mais urgente. Fica difícil avaliar o desempenho.

Milca Célia Gusmão, técnica judiciária do CJF



Sou a favor da implementação da Gratificação por Desempenho. Acredito que, com ela, os servidores terão mais vontade de trabalhar. Por isso, eles vão desempenhar suas funções com mais qualidade e mais celeridade. Concorro plenamente.

Almir Fernandes da Silva, técnico de transporte da PGR



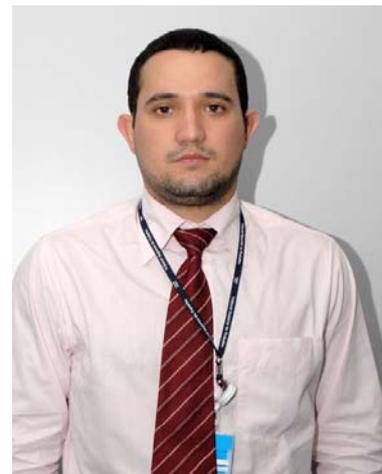
Devem haver outras maneiras de incentivar o desempenho. O critério de avaliação é muito subjetivo. Acho a iniciativa válida, mas não é a melhor maneira de gratificar os servidores. Entendo que este é o momento de aumentar o nível salarial, mas seria mais válido lutar pela progressão funcional e outros mecanismos.

Paulo Martins Inocêncio, técnico judiciário do CJF



Acho que pode haver problemas para fazer a avaliação, porque um mesmo servidor pode ser analisado de formas diferentes em setores diferentes. Vai depender do caráter e empatia do servidor com os avaliadores. Por isso, acho que deveriam ser adotados critérios bem objetivos.

Lourdes Tavares, técnica judiciária do TST



Concordo com a Gratificação por Desempenho, porque já trabalhamos com metas e objetivos nos gabinetes. Ser gratificado seria um estímulo a mais. Acho que a GD para o servidor é uma ótima opção para produzirmos cada vez mais e melhor.

Pedro Ernesto Tolentino Barbosa, analista judiciário do TST

O menino que virou MICHAEL



TT CATALÃO

Quanto Michael Jackson morreram? A trajetória do chamado “rei do pop” é um marcante caso de diversas recusas da identidade na tentativa desesperada de mudar a embalagem e as máscaras do corpo, contanto que não fosse alterada a raiz do produto: a celebridade máquina de fazer dinheiro.

Impossível julgar o ser humano Michael — como ninguém tem o direito de julgar vida íntima — mas a tragédia das celebridades é conhecida, mesmo quando se lê: it's not who you are, it's who you know.

zam por puro despeito. Nessa geléia geral de hoje onde as fronteiras de uma “arte maior” e “arte menor” caem, fica na esfera pessoal e subjetiva o julgamento. Os críticos perderam as referências históricas, ou vivem no cabresto dos mercados, ou temem contrariar a maré com opinião que desagrada os circuitos mantenedores dos seus

consiste nessa perca de limites entre público e privado no momento que mais mídia (seja escândalo ou futilidade doméstica) atrai mais foco sobre vendas (de uma arte altamente mercantilizada) e assim segue o círculo infernal: mais venda vai atrair mais mídia que levará a mais venda etc. O tal herói vira vítima da própria arapuca: precisa ser pessoa, mas não pode ser pessoa porque virou produto. E durma-se com um faturamento (gigantesco) desses.

Estrela é uma boa denominação para tais celebridades: inatingíveis pelos comuns, no entanto parecem próximas pela luneta da falsa intimidade montada em "bastidores" fabricados pela indústria do marketing. O fã vive de migalhas. Não o fã que gosta arduamente, mas consegue manter uma distânciazinha crítica. Falo do fã idolátria. Aquele que respira em seus poros o suor alheio. Este só consegue o que importa na construção do mito manufaturado. Acha que sabe "detalhes", vira cover até de uma alma que acha ser. Michael é fenômeno nesse jogo de aparências imitando uma "vida real".

O fato de ser ídolo infantil e conseguir avançar na carreira adulta permitiu acompanhá-lo como se acompanha um Harry Potter nas telas, crescendo, passando fases. Só que o Harry "existe" nas telas da ficção e Michael tornava-se ficção sendo carne, osso, angústia, contradições e óbvio, também esperança, desejos de paz, beleza, prazer etc. Estrela também morre muito antes de percebermos a olho nu. Dizemos que ela está lá, quando é só uma luz viajando no éter.

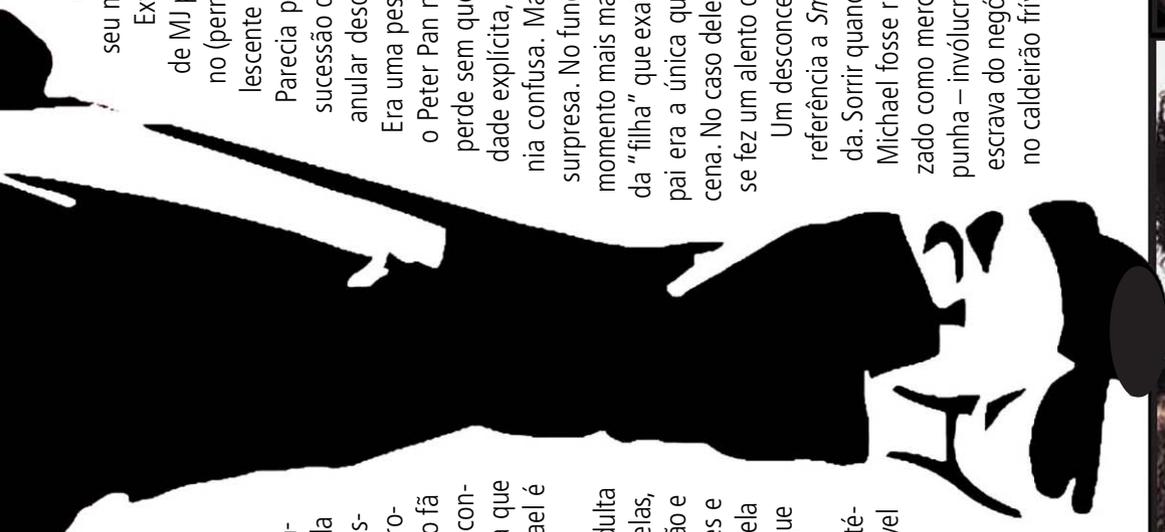
Quanto à arte. Isso é detalhe. Julgá-lo na obra é mais fácil. Estética envolve emoção e sentir, mas tem muito de análise. Indiscutível a capacidade de MJ produzir melodias, coreografias e tiques competentemente sintonizados ao gosto da massa. Ser sucesso não é crime. Tem que ter um talento especial para isso. Visto que milhões querem ser MJ e não conseguem. Outros até o despre-

empregos. MJ sabia das coisas no seu campo. Feito Madonna e outros *hitmaníacos*, sabia modelar um sucesso. E emplacava competente, a seu modo, nas regras do gosto geral.

Extremamente revelador como no massacre de hits de MJ pós-morte prevaleceu, em rádio e TV, a fase meninês (permitiu-se, no máximo, a "travessura" de terror adolescente chique de *Thriller*). *Ben* foi tocado à exaustão. Parecia perguntar: como aquele menino virou aquilo? A sucessão de caras na carreira reforçava esse desespero de anular desde a pele até a postura. Um Dorian Gray cyber.

Era uma pessoa ou um efeito especial? Lá dentro, no fundo, o Peter Pan não dava chance ao homem, crescer mata o que perde sem querer: uma infância. Não se firmava uma sexualidade explícita, assumida seja qual for sua expressão. Androginia confusa. Mas é na última metamorfose que ocorre a maior surpresa. No funeral show do espetáculo da morte mimetizada, o momento mais marcante, não planejado no roteiro, é o depoimento da "filha" que exalta o "pai". Entre todos os *michaels*, a imagem de pai era a única que parecia a mais absurda e foi a que roubou a cena. No caso dele, "pai" é símbolo de tormento. No final, "ser pai" se fez um alento de redenção.

Um desconcerto para seus críticos mais impiedosos também a referência a *Smile*, canção de Chaplin, como sua música preferida. Sorrir quando a dor nos procurar. Foi o último apelo para que Michael fosse revisto criança. Manipulado pela família e banalizado como mercadoria, só existiu de verdade quando se decompunha – invólucro de carne – no caixão de 25 mil dólares. Sua arte escrava do negócio? Sua silhueta que virou logomarca? Sua obra no caldeirão frívolo do pop? Tudo virou detalhe.



*A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como
sou – eu não aceito.
Não agüento ser apenas um
sujeito que abre
portas, que puxa válvulas,
que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora,
que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem
usando borboletas.*

Manoel de Barros

Do alto dos seus 91 anos, o poeta Manoel de Barros ensina que o ser humano é incompleto, e que isso não é defeito; é qualidade. Assim como ele, muitas outras pessoas precisam ser Outras. E são. Esta coluna publicará mensalmente histórias de gente que concilia o serviço público com as mais diversas atividades. São atletas, chefes de cozinha, professores, pintores, mágicos, mecânicos, músicos... A lista não tem fim.

Vocação realizada



Você já pensou em ser professor? Ivan Lucas de Souza Júnior, analista judiciário do TRT, ouviu essa pergunta desde criança. Ao final da apresentação da monografia de graduação em Direito, o chefe da banca fez coro: "Você poderia seguir a carreira de professor, tem talento para isso." Ivan seguiu o conselho à risca: além das seis horas de expediente no tribunal, dedica outras oito horas do dia aos alunos de direito

administrativo de um curso preparatório para concursos.

Há quatro anos e meio o analista judiciário usa o "palco" do curso para suas aulas, que ele transforma em verdadeiros espetáculos teatrais. "Dou aula de domingo a domingo, inclusive nos feriados", conta o jovem *workaholic* de 27 anos. Neste semestre, porém, ele diminuiu o ritmo – mas apenas para deixar as manhãs livres e concluir o mais recente

de seus doze livros, todos sobre direito e voltadas para concursos.

O que o motiva a trabalhar tanto? Apaixonado pelo que faz, Ivan explica que o mais gratificante para um professor é ver o aluno progredir e conquistar aquilo que deseja. Passar em um concurso público é difícil e depende de esforço e persistência. "É muito bom saber que estou ajudando nesse processo", explica o professor.

O próprio Ivan foi aprovado em 17 concursos. O primeiro a convocá-lo foi o STJ, para o cargo de técnico judiciário. Mas ele não queria dar aulas enquanto técnico; por isso, esforçou-se ainda mais até ser aprovado como analista judiciário, em 2005. "Assim que fui nomeado no TRT, procurei o Obscurus e comecei a dar aulas", recorda.

Hoje Ivan Lucas tem mais de mil alunos, que ele acaba transformando em amigos fiéis. "Eles me dão presentes quando são aprovados, me abraçam, choram. Gosto de ser amigo de todos; nós saímos juntos e rimos bastante", conta ele.

"Meus alunos trabalham o dia todo e eu tenho que fazê-los aprender; por isso brinco sempre, ou não faria sentido estar ali", avalia. "Faço piadas com situações do dia a dia, para que relaxem e aprendam de forma prazerosa." Na sala de aula, as brincadeiras que fazem mais sucesso são aquelas que falam sobre as dificuldades que os alunos enfrentam para estudar, a pressão da família, os filhos, os casais separados, conta Ivan.

Ele próprio teve um casamento desfeito e confessa que tem pouco tempo para a família. Mesmo assim, acredita que está no caminho certo: o da felicidade de fazer aquilo que gosta. "Não consigo ficar longe das aulas. Elas são um combustível para mim. Eu me sinto desestressado, conheço pessoas novas. Quando tenho um dia difícil e entro na sala de aula, tudo melhora", relata.

Ivan Lucas com seus alunos de Direito Administrativo: trabalho de manhã, à tarde e à noite



ARTHUR MONTEIRO

Para cuidar das crianças

Eleição de novos conselheiros é em setembro; Sindjus intensifica campanha pela criação de mais 27 unidades



Samambaia: recursos são tão escassos que os conselheiros tiram dinheiro do próprio bolso até para pagar ônibus de volta para quem é atendido



ARTHUR MONTEIRO

Fabiola Góis

A população de Brasília tem um motivo nobre para ir às urnas no dia 13 de setembro próximo. A data não é comemorativa e não representa nenhuma eleição para deputado ou senador. Mas será um dia para fazer valer a nossa cidadania: escolher quem deverá garantir os direitos das crianças e dos adolescentes no Distrito Federal. O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA) fará o pleito para a escolha dos mais de cinquenta conselheiros tutelares e cem suplentes que vão atuar em 23 regiões administrativas. São eles os responsáveis por cobrar das autoridades governamentais o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), seja para a criação de creches, seja para coibir os abusos praticados contra a infância e a juventude.

A eleição de setembro já é comemorada pelos atuais conselheiros e promotores de justiça como um marco na história dos Conselhos Tutelares no DF. A relação entre eles é cada vez mais próxima. Muita gente não sabe, mas os conselheiros têm autonomia e ocupam o mesmo patamar de atuação quando se fala nos assuntos de criança e adolescente. São eles que cobram das autoridades governamentais o cumprimento de serviços públicos. Guardadas as devidas peculiaridades do cargo, não há hierarquia entre juiz, promotor ou conselheiro. “Esse é o maior avanço que percebo nesses últimos três anos. Procuramos trabalhar em parceria com os conselheiros. E vimos que não é possível promover um bom trabalho para a infância e juventude se não tivermos afinados com os Conselhos e com a sociedade civil organizada”, afirma o promotor Oto de Quadro, da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude.

CARÊNCIA

50

novos conselheiros tutelares serão eleitos em setembro, mas os dez conselhos existentes não atendem às demandas das

29

regiões administrativas, com número de pessoas superior a

2 milhões

Trinta mil assinaturas

As conquistas foram muitas. Com o apoio do Sindjus, os conselheiros tutelares apresentaram na Câmara Legislativa a primeira proposta de emenda à Lei Orgânica do DF, com a assinatura de mais de trinta mil eleitores – quase dez mil a mais que o necessário para a apresentação da proposta, segundo a legislação.

Em agosto o Sindjus fará uma série de eventos nas cidades de São Sebastião, Vicente Pires, Candangolândia, Guará e Cruzeiro, para conscientizar a população sobre a importância dos conselhos e cobrar dos deputados distritais a aprovação da emenda à Lei Orgânica. A proposta prevê a criação de mais 27 unidades, além das dez existentes, e a alteração do horário de funcionamento dos conselhos, que será ampliado para 24 horas por dia, inclusive nos finais de semana.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) recomenda que se deve criar um conselho tutelar a cada 200 mil habitantes, ou mesmo em densidade populacional menor, quando o município for organizado por regiões administrativas.

GDF se esquivava

Em julho, a Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude propôs ao GDF um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), determinando que o governo instale catorze novos conselhos tutelares até novembro. O GDF ainda não disse se aceita assinar o TAC. A elaboração do acordo saiu após consenso entre Ministério Público, CDCA e a Associação dos Conselheiros Tutelares.

A ideia é que Brasília tenha duas unidades de atendimento, assim como Ceilândia, Taguatinga e Planaltina, as cidades mais populosas do DF. Atualmente, os cinco conselheiros tutelares de Brasília atendem cerca de 700 mil pessoas, em treze regiões administrativas.

O representante da Coordenação dos Conselhos Tutelares, Maurício Albernoz, defende que a implantação desses novos catorze conselhos seja feita gradativamente, cinco a cada ano, mas a proposta foi recusada. Ele alega que não há previsão orçamentária para a construção e manutenção dos conselhos até o final deste ano.

Em abril, o juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude, Renato Scussel, determinou ao GDF a obrigação de implementar mais 23 conselhos tutelares – um para cada Região Administrativa e dois para Brasília, Taguatinga, Ceilândia e Planaltina, onde a população ultrapassa os 200 mil habitantes. Determinou também que seja restabelecido o funcionamento de plantão, conforme manda a Lei 234/9, e que o governo providencie espaços físicos adequados para os novos conselhos até 5 de outubro.

No entanto, a ordem do magistrado foi derrubada por liminar concedida no dia 20 de maio, que suspendeu a decisão até o julgamento do mérito do recurso interposto pelo governo.

Com o coração apertado

Por trás de todo esse imbróglio judicial há homens e mulheres comprometidos com a defesa das crianças e dos adolescentes. Aos 52 anos de idade, o conselheiro Antônio Roldino Pereira Neto emociona-se quando lembra dos sucessos e fracassos ao longo dos seis anos em que esteve à frente do Conselho Tutelar de Samambaia. Como a legislação só permite uma reeleição, ele está fora do próximo pleito.

Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do DF, Roldino lembra bem do dia em que os conselheiros eleitos foram colocados no estacionamento do antigo CDS, na cidade, para atender a população. “Não tínhamos nada. Saímos do zero. Conseguimos, depois, uma lona para fazer os atendimentos com um arremedo de privacidade”, recorda.

Roldino perdeu as contas de quanto gastou do seu próprio dinheiro para comprar papel, peças para carro e até passagens de ônibus para os moradores mais pobres que buscavam atendimento. Hoje a situação está melhor, mas ainda há muito a ser feito: “Muita gente sai do Recanto das Emas à pé até Samambaia porque não tem dinheiro para pagar a passagem. Não tenho coragem de deixar essa pessoa voltar à pé também”, conta. O Recanto das Emas não

tem Conselho Tutelar, mas a proposta de emenda à Lei Orgânica prevê uma unidade para a cidade.

A sede do Conselho em Samambaia fica na QR 301, no Setor Urbano. O pequeno espaço de cem metros quadrados abriga cinco conselheiros, quatro servidores de apoio, dois motoristas e dois ex-detentos que cumprem liberdade condicional e fazem parte de um convênio do GDF com a Fundação Nacional de Amparo ao Preso (Funap).

Ao deixar o cargo, em setembro, Roldino leva muita experiência e um aperto no peito. O conselheiro, por várias vezes, viu mulheres trabalhadoras, mães solteiras, serem demitidas do serviço porque não tinham com quem deixar os filhos. “Chega a dar uma dor no coração. Como elas e esses filhos vão sobreviver?”, emociona-se. Ele acompanhou o caso de uma mãe que levava a filha pequena para o supermercado onde trabalhava, até que o patrão não admitiu mais que a menina ficasse no local. Roldino não conseguiu arrumar uma vaga em creche para a criança.

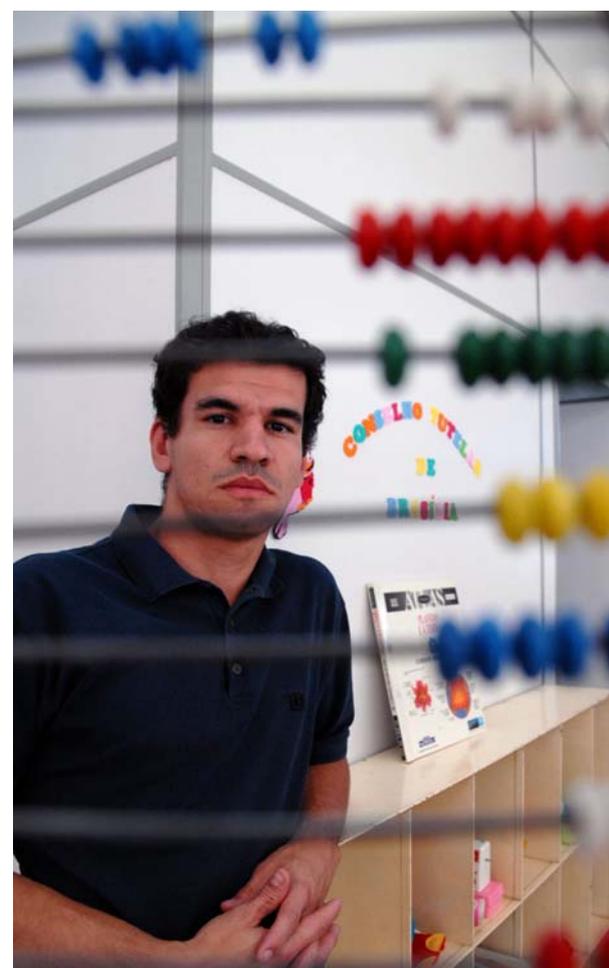
Vagas em creche é a maior demanda da população do DF. Roldino repete a frase diariamente dita por conselheiros tutelares Brasil a fora: “O governo não prioriza a criança e o adolescente.”



Roldino: “O governo não prioriza a criança”



Israel Vieira: "Somos articuladores".
Rafael Madeira (abaixo): "Temos que ampliar o horário e as unidades"



FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

"Maior violador é o governo"

Rafael Madeira, integrante da diretoria da Associação dos Conselheiros Tutelares e lotado no Conselho Tutelar de Brasília, disputará a reeleição. Ele conta que essa gestão superou suas expectativas, mas há muito trabalho pela frente. "Temos que ampliar o número de unidades e o horário de funcionamento, para atender melhor a população. Do jeito que está, dificilmente conseguimos oferecer um serviço de qualidade", afirma.

Esse gaúcho de 28 anos, formado em Direito, conhece a triste realidade de meninos e meninas de rua e das crianças que sofrem maus tratos no DF. Rafael já trabalhou no Disque-Denúncia do Ministério da Justiça e em uma ONG voltada para o atendimento desses jovens. "A falta de estrutura para trabalhar é nosso maior desafio. Os conselheiros não têm a menor atenção do estado. Lidamos com históricos familiares e conflitos sérios; é preciso ter estrutura emocional para lidar com eles. Não recebemos nenhum atendimento especializado", reclama. Rafael destaca, no entanto, o ponto positivo da profissão. "Eu pude me qualificar melhor para cobrar os direitos da criança e do adolescente".

Essa é a mesma opinião do conselheiro Israel Vieira dos Santos, um cearense de 36 anos que faz pós-gradua-

ção em Sociodrama. Israel é do Conselho Tutelar de Samambaia e afirma ser "outro homem" depois de passar três anos atendendo as demandas da comunidade. "Eu quis ser conselheiro para ser mais útil à sociedade. Somos articuladores das políticas públicas para a criança e o adolescente", avalia.

Candidato à reeleição, Israel preocupa-se em saber que o governo ainda não fez concurso público para preencher os cargos de apoio destinados aos conselhos. Sai governo, entra governo, mudam os funcionários e o trabalho fica comprometido. Ele diz ter esperanças de que a próxima gestão encontre melhores condições de atendimento.

Evaldo Cardoso da Silva, conselheiro tutelar de Ceilândia, a cidade mais populosa do DF, conta que tem apenas um veículo para atender as dezenas de demandas diárias que chegam à unidade. Pela lei, a cidade já deveria ter dois conselhos. Essa é a principal luta. "O maior violador dos direitos humanos é o próprio governo", acusa. Segundo Evaldo, o DF hoje tem mais de oito mil demandas para vagas em creches. Ele afirma que o Estado está criminalizando as mães, obrigadas a deixar os filhos sozinhos em casa para poder trabalhar.

Saiba mais

- A eleição dos conselheiros para o exercício 2009/2012 será dia 13 de setembro, das 9h às 17h.
- Os locais de votação serão designados 45 dias antes do pleito e publicados no DODF.
- Podem votar os cidadãos brasileiros maiores de 16 anos que comprovadamente residam nas respectivas regiões administrativas.
- O eleitor deve apresentar título de eleitor e carteira de identidade.
- O voto é facultativo e secreto; o eleitor pode votar em até cinco candidatos.

Transformação radical

Urbanização do Varjão mostra que esforço conjunto e ações simples podem, em pouco tempo, mudar o perfil de uma região

Usha Velasco

Andar pelo Varjão, hoje, é como andar por uma cidadezinha do interior. Carros passam sem pressa, pessoas transitam calmamente pelas ruas recém-calçadas, crianças bem cuidadas e sorridentes brincam nas praças. Quem esteve ali há três anos e voltou hoje chega a duvidar de que esteja no mesmo endereço.

Nesse curto período, quase tudo mudou. As ruas de terra foram asfaltadas. O caótico labirinto de barracos de madeira deu lugar a um traçado urbano racional, com muito mais casas de alvenaria – que passaram a 72,7% do total. O clima de medo, visível no semblante dos moradores, também desapareceu depois que o policiamento voltou e que a violência diminuiu radicalmente.

“Hoje esse lugar é super tranquilo. Na festa de aniversário da cidade, mais de cinco mil pessoas se divertiram sem um incidente sequer”, conta a coordenadora de Projetos Especiais Ana Beatriz Goldstein. “Isso é resultado de um trabalho que integra a comunidade, a escola e o poder público”, acredita ela.

De fato, essa integração é visível. A comunidade, que desde os anos 80 luta para se fixar e para conquistar condições dignas de moradia, tem colaborado com o processo de urbanização, mesmo em situações que exigem a remoção de famílias para outro ponto. “O que mais me orgulha é ter feito tudo amigavelmente. Nunca passamos o trator por cima da casa



Sabina: preocupada com a especulação imobiliária

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

O fim do “invade-derruba”

Sabina Batista da Silva, uma das moradoras mais antigas, chegou ao Varjão em 1981. “Isso aqui era uma roça. Eram 47 famílias em várias pequenas chácaras. Não tinha nenhum benefício público”, recorda. Mas as famílias foram crescendo, os filhos casando e construindo casas, e a roça tomou forma de vila.

“Desde o começo tentaram nos tirar daqui”, conta Sabina, fundadora da primeira associação de moradores do Varjão. “Na época do primeiro governo Roriz, a ideia era nos levar para a Barrolândia ou Girassol de Goiás”, afirma. Ela lutou muito: “Quando a polícia vinha a gente fazia uma barreira de mulheres e crianças, para não deixar derrubar os barracos.” Mesmo assim sua casa foi derrubada em 1984: “Aqui foi sempre assim, sempre esse invade-derruba”, relata.

Sabina não se deixou abater: “Já

estava acostumada, decidi ficar.” Na época, a jovem líder comunitária tinha uma filha pequena e outra na barriga, e havia montado um bar junto com o marido. “Fiz minha vida aqui, não queria ir embora”, justifica. Hoje com três filhas e uma neta, viúva há doze anos, administra um bar em outro endereço, adquirido depois do processo de regularização e urbanização.

“Isso aqui mudou muito”, relata Sabina: “Estou nesse lote há um ano e não houve um assalto. Tivemos um salto na qualidade de vida, com segurança, limpeza, asfalto.” Sua preocupação, agora, é saber se a comunidade resistirá à especulação imobiliária. “Os terrenos valorizaram muito e vão valorizar mais ainda. Eu aconselho todo mundo a não vender. Quem vende se dá mal, gasta o dinheiro e acaba voltando para cá, sem casa e sem direito a outro lote”, argumenta.

Vida nova: praças e brinquedos para as crianças, onde antes havia um amontoado de barracos



de um morador”, conta a administradora Luiza Vercillo.

Instada a revelar a fórmula mágica para transformar tão rapidamente uma região problemática, Luiza, que assumiu a administração em janeiro de 2007, apenas sorri. “Quando chegamos, nosso objetivo era conciliar: ouvir a comunidade, conhecer suas necessidades e resolver os impasses”, relata.

Impasses não faltavam. Toda a área estava embargada pelo Ibama há dois anos e nenhuma obra podia ser feita. “Negociamos um termo de ajuste de conduta que ficou pronto em outubro; a partir daí os lotes foram regularizados”,

explica Luiza. Algumas famílias que estavam em áreas de preservação ambiental tiveram que ser removidas para outras cidades; outras foram levadas para áreas de transição dentro da própria vila, à espera do lote definitivo.

“Foi um longo processo de convencimento da comunidade, com muito diálogo”, conta a administradora.

“Nosso projeto urbanístico incluía cinco praças, mas, no começo, a população rejeitou a ideia. Queriam que tudo fosse aproveitado para lotes, mesmo não tendo um único espaço público com brinquedos para as crianças. Hoje eles já vêem a cidade com outros olhos e valorizam os espaços de lazer e de convivência.”



ROBERTO RODRIGUES

Luiza Vercillo, administradora regional: valorização dos espaços de convivência. Ao lado, uma das cinco praças construídas



ARTHUR MONTERO



FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

JOVENS

A maior parte da população do Varjão ainda está em formação. A média de idade é

27,7

anos. Do total de moradores,

73%

têm menos de 30 anos.

"Auto-estima coletiva": moradores já demonstram orgulho pela cidade

Educação, o segredo da mudança

Esse novo olhar não surgiu à toa. Na aliança entre comunidade, escola e poder público, o elo com papel decisivo na mudança de enfoque por parte dos moradores foi a educação. Ana Beatriz Golsdtein acompanhou esse processo de perto, como diretora da escola classe em 2007 e 2008. O primeiro passo foi procurar parcerias para a reforma da escola, assumida pela Marinha do Brasil. "Em um ano melhoramos as instalações, criamos uma horta e ganhamos uma biblioteca completa do projeto Casa do Saber", enumera a educadora. Ela acredita que a biblioteca foi um dos maiores fatores para o aumento do rendimento escolar.

Os resultados foram rápidos: "Nosso índice de rendimento era o pior do Plano Piloto. No ano seguinte, já estávamos equiparados à Escola Classe 308 Sul", orgulha-se Ana. "O trabalho que fizemos foi de sensibilização, acolhida e valorização das pessoas", avalia. "No início, tanto pais quanto alunos chegavam na escola aos gritos, eram agressivos. Agora se expressam de outra forma", afirma Ana, que credita as mudanças tanto ao trabalho pedagógico quanto à recuperação dos espaços físicos.

A administradora Luiza concorda: "Com o novo visual, os moradores começaram a ter orgulho da cidade. Eles tinham vergonha de falar que eram do Varjão. Isso

era muito triste. Cuidando da escola e da cidade, fizemos com que eles se sentissem cuidados." Esse aumento do amor-próprio coletivo continua se refletindo no comportamento da população. O enorme muro da escola foi pintado de branco em 2007 e até hoje não sofreu uma pichação. "Houve uma mudança na relação das pessoas", analisa Ana Beatriz. "Todo dia nós tínhamos que chamar a Samu por causa de um braço quebrado ou outras consequências de brigas. E, quando o filho se machucava, no dia seguinte a mãe vinha brigar também. Brigavam entre si, com os professores, invadiam as salas de aula... Agora isso acabou", afirma.

Convidada pela administração a coordenar o programa Escola Aberta, o desafio de Ana Beatriz, agora, é transformar o Varjão numa cidade-escola, usando todos os espaços disponíveis para ações formativas. "Não é simplesmente sair dando cursos, mas implantar uma política educadora para toda a cidade, dentro de uma perspectiva de geração de renda", explica. Os eixos do projeto são o ensino integral, os cursos profissionalizantes e a empregabilidade.

Uma rápida olhada no quadro de avisos da administração mostra o quanto os espaços estão ocupados com atividades educativas, esportivas ou de lazer: há convites para oficinas de grafite, rap, DJ e

break, dentro de um projeto que tem como linha mestra o hip hop; para as aulas do Amigos do Vôlei, das atletas olímpicas Leila e Ricarda; para a Escolinha de Futebol do Grêmio; para aulas de ginástica, teatro, percussão, capoeira; e para participar da Banda Fanfarras do Varjão.

"A Casa de Cultura, inaugurada em fevereiro, fica ocupada todos os dias, inclusive nos finais de semana", conta Ellen Dejanni, gerente de Esporte, Cultura, Lazer e Educação. Na cidade há, também, três oficinas de informática gratuitas, em parceria com instituições privadas, além do já famoso Picaso Não Pichava, que desde 2004 ensina artes e técnicas de grafite. Atualmente, 50 jovens são atendidos por semestre.



Ana Beatriz: escola sem pichações

Maior desafio é gerar empregos

Outras parcerias (com a Campanha Nacional de Escolas de Comunidade, o Sindicato de Bares e Restaurantes do DF, o Sebrae e a Associação Comercial do DF) permitiram oferecer cursos profissionalizantes e de empreendedorismo. Este é um dos pilares do projeto cidade-escola, porque o maior problema do Varjão, hoje, é a geração de emprego e renda. De acordo com estudo divulgado pela Codeplan em julho, 69,2% dos moradores têm renda per capita de, no máximo, meio salário mínimo.

Das 2.373 famílias, apenas 2,6% recebem mais do que cinco salários mínimos. Pouco mais que 10% dos moradores trabalham na própria cidade; a maioria (44,1%) ganha a vida no Lago Norte, em empregos de pouca qualificação.

“Isso acontece porque a escolaridade é muito baixa”, avalia a administradora Luiza Vercillo. Dos nove mil habitantes, 72,26% não concluíram o ensino fundamental e apenas 4,11% finalizaram o ensino médio. Mas já se vislumbram luzes no final do túnel, como sinaliza o jovem Luciano Borges: “Há quatro anos, você contava nos dedos quem fazia faculdade. Agora o pessoal está empolgado para estudar. As palestras e a divulgação dos cursos são um incentivo para animar as pessoas a crescer.” Luciano foi criado no Varjão desde um ano de idade. Ele estudou na escola classe e formou-se em Redes de Informática numa faculdade do Lago Norte. Hoje, aos 22 anos, é chefe da área de informática na administração da cidade.

POUCO ESTUDO

Dos nove mil habitantes,

69,2%

têm renda per capita menor que meio salário mínimo e

72,2%

não concluíram o ensino fundamental.

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



A força das mulheres

Entre as soluções criadas para gerar renda estão a Central de Reciclagem de Lixo e a Girassol, uma associação de costureiras e artesãs. “Pensamos em projetos com baixos investimentos e matéria-prima barata. Construímos um galpão para cada grupo e capacitamos as pessoas em parceria com o Sebrae. A ideia é oferecer uma condição mínima de trabalho e deixar que as pessoas andem sozinhas”, explica a administradora.

As iniciativas já começaram a dar frutos. As costureiras da Girassol, associação formada no início do ano passado, receberam cursos e consultoria para aprender a tocar o negócio. Hoje já atendem aos primeiros contratos. Além de roupa elas fazem artesanato: desde bonecas, bolsas e delicadas flores de tecido até ousados modelos de lingerie sensual.

Mas é a Central de Reciclagem do Varjão (CRV) que impressiona mais, pela coragem das associadas – 22 mulheres e apenas um homem, o que justifica o plural feminino. Num galpão situado à entrada da cidade, elas passam o dia às voltas com uma enorme pilha de resíduos que pode chegar a oito metros de altura. Dali vão selecionando a sucata e separando-a

em gigantescos sacos, de acordo com o material: plástico, papel, papelão, alumínio, garrafas pet, embalagens tetrapak, vidro, latas, madeira... A maior parte é vendida por quilo a uma empresa de reciclagem.

O trabalho é duro, como relata Ednei da Silva Santarém, presidente da associação: “É muito cansativo, é um abaixa-levanta o dia todo. Em pouco tempo, quase todas nós tivemos problemas na coluna. Mas temos que produzir para garantir a renda. Quem não produz não ganha”, explica ela, que montou um esquema de controle de produção e distribuição dos lucros, dividindo as associadas em equipes.

A CRV começou a funcionar em setembro de 2008. Antes, em julho e agosto, vieram os cursos oferecidos pelo Sebrae: empreendedorismo, como reciclar, como montar uma associação. Ednei avalia que a consultoria “valeu, deu para aprender muita coisa, mas o cálculo dos rendimentos ficou muito longe da realidade”, ressalva. “Eles calcularam que cada uma ganharia de 500 a 800 reais por mês, mas nunca chegamos nem perto disso.”

Hoje, no final do mês, as associa-

das ganham apenas cerca de 300 reais cada, além de uma cesta básica oferecida pela administração do Varjão, como forma de apoio ao projeto. A renda já foi maior, mas a crise econômica prejudicou o negócio. "Quando começamos, o quilo da latinha de alumínio era vendido a R\$ 3,80. Hoje vale só R\$ 1,50. O papelão, que vendíamos a dez centavos o quilo, agora está a seis centavos", lamenta Ednei.

O baixo rendimento pode comprometer a própria sobrevivência da associação. "Se não melhorar rápido,

muita gente vai acabar desistindo do projeto", avalia a presidente. A CRV está negociando uma remuneração com o SLU desde o ano passado, mas o processo está emperrado na burocracia: "Nós gastamos um dinheirão com documentos, cumprimos todas as exigências, mas não adiantou nada. Os documentos venceram, vamos ter que tirar tudo de novo...", queixa-se Ednei.

A CRV solicitou ao SLU um pagamento mensal em troca do serviço que tem feito, gratuitamente, há mais de dez meses: "A CRV recolhe todo o lixo inorgânico do Lago Norte. São 5.900 residências atendidas, de porta em porta. Nós devíamos receber por isso. Somos a única entidade que

faz coleta seletiva no DF", afirma a presidente.

Aos 34 anos, casada e mãe de três filhos, de 17, 12 e 5 anos de idade, Ednei mora no Varjão há 28 anos. Ela conta que, antes de formar a associação, apenas ela e o marido tinham uma ocupação rentável. As outras mulheres eram donas de casa ou estavam desempregadas. "Não sabiam nem o que era reciclagem", lembra. Ela e o marido sabiam: eram carroceiros e vendiam sucata. "Nós ganhávamos muito mais naquela época. Se eu pensasse só no dinheiro, já teria desistido", confessa. "Estou aqui para tentar fazer a coisa dar certo. Mas temos que melhorar a nossa situação, e rápido", avalia ela.



Ednei (no centro) e a equipe da CRV: coleta seletiva em todas as casas do Lago Norte

Brasília não comporta mais tanto carro. Metrô, bicicleta e transporte solidário são algumas soluções para evitar o estresse diário nas ruas

Fuja do CAOS

Thais Assunção

Com a maior renda per capita do país, mas diante de um péssimo transporte público e de um metrô que ainda deixa muito a desejar, o brasiliense fez o que seria de se esperar: armou-se de quatro rodas para vencer tanto as grandes quanto as pequenas distâncias, porque a setorização do comércio e dos serviços na cidade muitas vezes obriga a pegar o carro para ir ao banco, à farmácia ou ao supermercado.

Porém, a situação tornou-se insustentável. As largas avenidas estão cada vez mais tomadas pelos automóveis; no horário de pico, os congestionamentos podem se estender por 60 quilômetros. A cidade simplesmente não tem espaço para comportar a frota de 1,2 milhão veículos – uma média de um carro para cada dois habitantes.

Ninguém gosta do trânsito lento e das ruas abarrotadas de carros, mas poucos fazem algo para que essa situação melhore. No Plano Piloto, a taxa de ocupação dos automóveis é de 1,1% – o que significa que,

a cada dez carros, nove estão ocupados somente pelo motorista.

Brasília é campeã brasileira de multas por estacionamento irregular. Só nas áreas centrais do Plano Piloto, o déficit de vagas chega a quinze mil. Para o professor de Engenharia de Transportes da UnB, Paulo César Marques da Silva, os estacionamentos lotados afetam a qualidade de vida de toda a população, não só de quem sofre para encontrar uma vaga: “Falta espaço para a circulação de pedestres. Os motoristas que estacionam em locais proibidos estão se apropriando de área pública”, reclama.

“O trânsito problemático resulta da má qualidade do transporte público e de uma questão cultural: a relação de extrema dependência com os carros”, avalia Paulo César. “O governo constrói mais vias e viadutos, mas isso contribui para atrair ainda mais tráfego”, acredita o professor. “Acho que solução seria criar corredores exclusivos para ônibus, implantar um sistema de pedágio urbano e construir ciclovias, como foi feito em Londres, para que a população não dependa tanto dos carros.”

MAU HÁBITO

No Plano Piloto, a taxa de automóveis é de

1,1%,

ou seja, de cada dez veículos,

9

levam apenas o motorista.



Frota de 1,2 milhão de veículos: a média é de um carro para cada dois habitantes



FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

José Agripino:
metrô é prático,
mas fica lotado



Em busca de alternativas

Ir de metrô, a pé ou de bicicleta são alternativas para fugir do estresse do trânsito e, de quebra, contribuir para aliviar as congestionadas vias da capital. O transporte solidário (uma espécie de rodízio de caronas entre vizinhos ou colegas) também é uma boa alternativa, mas poucos

brasilienses acordaram para essa solução.

Luis Geraldo do Nascimento, técnico judiciário da Justiça Federal, acredita que o metrô é uma boa opção de transporte para ele e para sua família. "Gosto do metrô pela facilidade e por ser um transporte democrático. Ali andam pobres, ricos, estudantes e graduados, todos se encontram no mesmo espaço. Gasto só vinte minutos de Águas Claras até o Plano", relata.

Luis morou durante três anos em Sal-

vador. Ele sofria com o trânsito da capital baiana, que classifica como "uma bagunça". Mas, quando retornou a Brasília, levou um susto com a quantidade de carros nas ruas. "Moro aqui há mais de vinte anos; fiquei apenas três anos fora e, quando voltei, não acreditei no que vi. Em 1986, quando cheguei à cidade, o trânsito era compatível com a realidade. Hoje isso já não acontece. Então decidi andar de metrô todos os dias, às vezes

até no final de semana”, explica.

Cansado de passar raiva e perder tempo procurando onde estacionar, José Agripino de Souza Filho, técnico judiciário da Justiça Federal, há quatro anos decidiu andar três quadras até a estação de metrô mais próxima de sua casa, no centro de Taguatinga. Desde então adotou o novo transporte coletivo para ir ao trabalho.

“O metrô é prático, mas tem um problema: poucos vagões. Fica sempre muito cheio. Para conse-

guir viajar sentado eu saio de casa às 6h20”, reclama. O metrô de Brasília conta apenas com doze trens de quatro carros cada, para atender diariamente a 150 mil passageiros, em 22 estações.

Ele reconhece, porém, que ganhou em qualidade de vida: “Fico mais tranquilo, mais relaxado, por não ter que enfrentar o trânsito. Também reduzi a preocupação com a manutenção do meu carro, os pneus, a gasolina. No metrô, uso a minha ficha e pronto.”

Distância curta, mas trajeto difícil

Existem cada vez mais adeptos da bicicleta, da caminhada e do metrô, mas boa parte da população ainda é formada pelos fiéis adoradores dos carros. É o caso de Cleuson Oliveira de Almeida Santos, técnico judiciário da Justiça Federal. “Eu sempre uso o carro e uso mesmo”, afirma.

Cleuson mora na 410 Norte e trabalha na 510

Norte, mas, para ele, ir a pé para o trabalho está fora de cogitação. “São só catorze minutos de caminhada, mas são minutos que exigem muito cuidado”, avalia. “O caminho atravessa o Eixão, que é muito arriscado, e os eixinhos, que no horário de pico também são super movimentados.” Cleuson também considera perigosas as passagens subterrâneas, onde praticamente não existe policiamento. “Seria saudável fazer essa caminhada, mas há muitos obstáculos. Tentei ir para o trabalho de ônibus também, mas é inviável. A zebrinha não tem horário certo e faz uma volta enorme; até chegar no trabalho eu perco meia hora”, conta.

Para Cleuson, deslocar-se no Plano Piloto envolve muitas dificuldades, mesmo tratando-se de distâncias curtas. “O metrô não atende os moradores da Asa Norte. E, na Sul, os vagões estão sempre lotados. Também não temos ciclovias no lado norte da cidade”, reclama. Ele acredita que o governo deveria investir mais no transporte de massa, com mais qualidade de serviço aos usuários, e também criar transportes alternativos viáveis, para tornar possível usar menos os carros.



Cleuson: carro para ir da 410 até a 510 norte

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

Homens e carros: amor que Freud explica

O automóvel é um dos ícones mais poderosos da modernidade. Onipresente na paisagem urbana, é um fator determinante de comportamentos e estilos de vida. Símbolo de *status* social, os carros são encarados quase como filhos, especialmente para os homens. São o principal sonho de consumo de grande parte da população masculina, e chegam a ser vistos como item obrigatório para alcançar a felicidade.

“Às vezes nos esquecemos de que o carro é uma máquina e o consideramos quase um membro do nosso corpo, capaz de emoções e reações muitas vezes reprimidas”, acredita Ana Cristina

Maier, psicóloga e especialista em Trânsito pela PUC do Paraná. Para entender a relação de dependência entre o ser humano e o automóvel, ela recorre a Freud.

“Por estar associado a atributos considerados viris, como velocidade e potência (ideia amplamente reforçada pela propaganda), o carro se presta melhor a ser alvo de um processo de identificação masculina. E onde há identificação, há projeção da própria personalidade. Não por acaso, o homem tende a revestir o carro de significados simbólicos, a ponto de humanizá-lo como se fosse uma mulher a ser amada”, afirma Ana.





Rafael: "Economizo, faço exercício e ainda chego mais cedo em casa"

Apaixonado pela magrela

A decisão de usar a bicicleta como meio de transporte fez o estagiário do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Rafael Pellegrini Mandaro, esquecer os obstáculos do trânsito. Ele não pensou duas vezes. Assim que começou a trabalhar no Ministério Público, há um ano e três meses, pegou a magrela e não largou mais. Para a ida ao trabalho ela é a companheira inseparável, até nos dias de chuva.

Pela manhã, Rafael vai para a faculdade a pé. É perto: ele mora na 303 sul e estuda na 903 sul. À tarde, usa a bicicleta para ir para o trabalho.

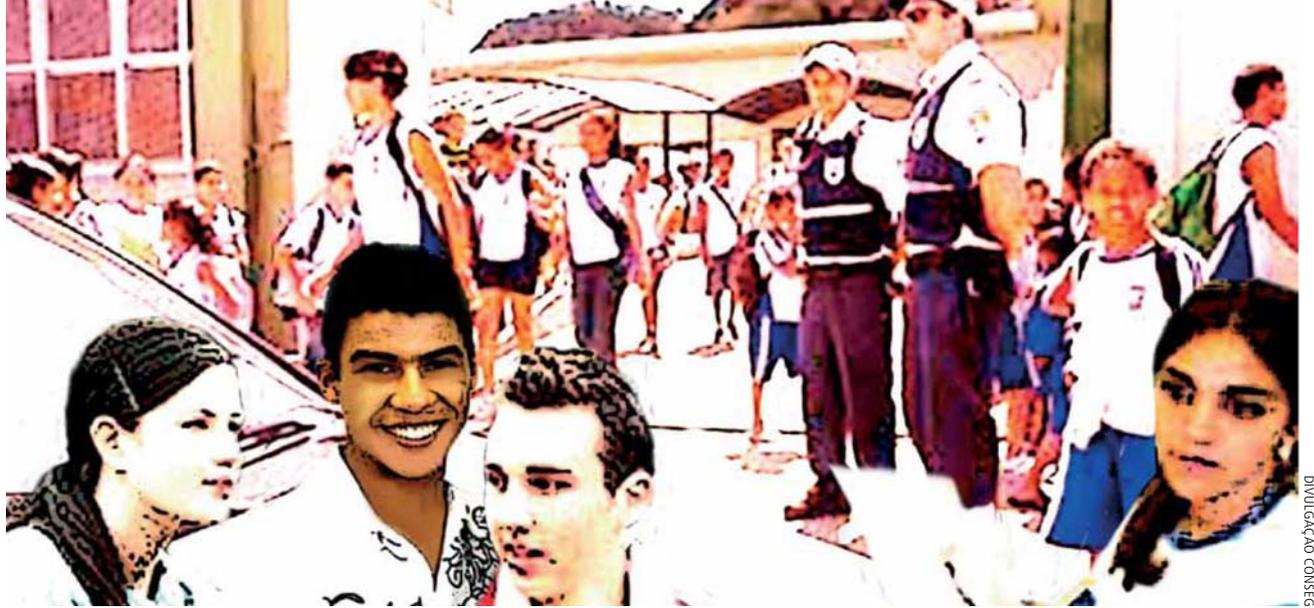
"No início do estágio, meu carro estava no conserto. O ônibus era uma opção, mas eu queria economizar. Por isso comecei a vir de bicicleta. Mas, quando meu carro ficou pronto, preferi deixá-lo de lado. Eu me estressava muito no trânsito, mesmo nesse percurso curto da 303 sul até o MPDFT. Era terrível, sem falar no estacionamento. Pedalando eu economizo, faço bastante exercício físico e ainda chego mais rápido em casa", conta ele.

São sete quilômetros todos os dias, boa parte deles pela ciclovias do Parque da Cidade. Rafael afirma que os motoristas o respeitam mais que os pedestres. "Já tive problemas com motoristas, mas nada de muito grave. Os pedestres têm menos cuidado com os ciclistas, eles se jogam na frente das bicicletas", conta.

Rafael Pellegrini recomenda a bicicleta como alternativa de transporte para os colegas de trabalho. "Mas precisa ter bastante disposição", ressalva.

Faltam vestiários

Muitos servidores do MPDFT gostariam de adotar a bicicleta como transporte, mas, sem ter onde tomar banho e trocar de roupa, fica difícil — especialmente para as mulheres. O coordenador-geral do Sindjus, Policarpo, afirmou que em breve encaminhará ofício ao MPDFT para informar sobre essa necessidade dos servidores e solicitar que sejam construídos vestiários.



DIVULGAÇÃO CONSEG

POLÍTICAS PÚBLICAS

Junto com a comunidade

1ª Conferência Nacional de Segurança Pública tem a sociedade como protagonista

Em defesa da sociedade e do cidadão, contra a violência e a repressão, especialistas de vários setores e estados discutem em Brasília, de 27 a 30 de agosto, novos rumos para a proteção da cidadania, na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg).

Há duas ou três décadas seria praticamente impossível o brasileiro comum ser convidado a participar de uma con-

ferência de segurança que tem como objetivo traçar políticas públicas. Este é o sintoma mais palpável de que muita coisa mudou no país: o protagonista das ações que serão propostas é a sociedade civil brasileira.

Essa transformação vem ampliando os espaços de debate e o conjunto de atores envolvidos com o tema. O Programa Nacional de Segurança Pú-

blica com Cidadania (Pronasci), criado em 2007 pelo governo federal e aprovado por consenso nas duas casas do Congresso, ilustra essa mudança de referencial.

“O programa consolida um novo paradigma e impulsiona as boas práticas construídas na última década”, diz Cynthia Ciarallo, uma das coordenadoras da etapa distrital da conferência, realizada em 17 de julho no Colégio Marista.

“O ponto principal do programa é o enfrentamento da criminalidade e da sensação de insegurança, com uma junção de políticas de segurança e ações sociais”, acrescenta Cynthia, que é servidora do Judiciário. “É necessário conceber segurança como fortalecimento de laços sociais, ampla aplicação de direitos e também a promoção de relações saudáveis, conscientes e solidárias entre os atores envolvidos no sistema de segurança pública”

“Desse modo, ela transforma a relação entre direitos humanos e eficiência policial, não apenas na compatibilidade, mas na necessária complementaridade”, acrescentou Regina Miki.

A 1ª Conseg abordará temas como cidadania, participação popular, prevenção e repressão ao crime. A expectativa é reunir mais de dois mil representantes de todo o Brasil, eleitos nas etapas municipais e estaduais.

Conferência Distrital

Aproximadamente mil pessoas participaram, na noite de 16 de julho, da abertura da etapa distrital da 1ª Conseg em Brasília. A cerimônia foi realizada no Colégio Militar e contou com representantes da sociedade civil, trabalhadores da área de segurança pública e gestores públicos do DF. O Distrito Federal foi a 16ª unidade da federação a realizar a sua etapa da Conseg.

A professora Amábele Pacios, representante da sociedade civil na Comissão Organizadora Distrital, simboliza bem essa mudança de tempos e de visão institucional que a abertura democrática provocou no país, a partir de meados da década de 1980.

Ela considerou a oportunidade de participar da conferência como única e

impensável algum tempo atrás. “Nós nunca fomos chamados para contribuir com essa área. Eu agradeço o espaço aberto para participar dessa discussão”, afirmou, em tom de elogio.

“No DF foram feitas mais de trinta conferências preparatórias, que envolveram duas mil pessoas”, lembrou a coordenadora geral da 1ª Conseg, Regina Miki. Para ela, a realização da etapa do Distrito Federal é resultado da grande união de esforços dos segmentos da sociedade. “Queremos uma política nacional de segurança pública para o país independente de partidos políticos ou qualquer diferença social ou econômica. Queremos segurança pública como um direito de todo o cidadão, previsto na Constituição”, enfatizou.

Que tal **cutucar** o leão para investir em Cultura?

FAÇA JÁ SUA ADESÃO!
Não é necessário ser filiado.

Sabia que, através da Lei Rouanet, você pode aplicar 6% do seu imposto devido em ações do Programa Viver Cultura do Sindjus?

Este é um jeito de você participar diretamente da produção cultural em Brasília. Além disso, com o cartão magnético do programa, você e sua família terão acesso facilitado a todas as programações.

Conheça os benefícios do programa no site vivercultura.com.br

3344 1898 e 3212 2613

Investir em Cultura
Nossa responsabilidade social
Nosso jeito de praticar
a responsabilidade fiscal

PROGRAMA
**Viver
Cultura**



Sindjus

Filiado



Sindjus

TEM

**Financiamento
Imobiliário**

CEFIS

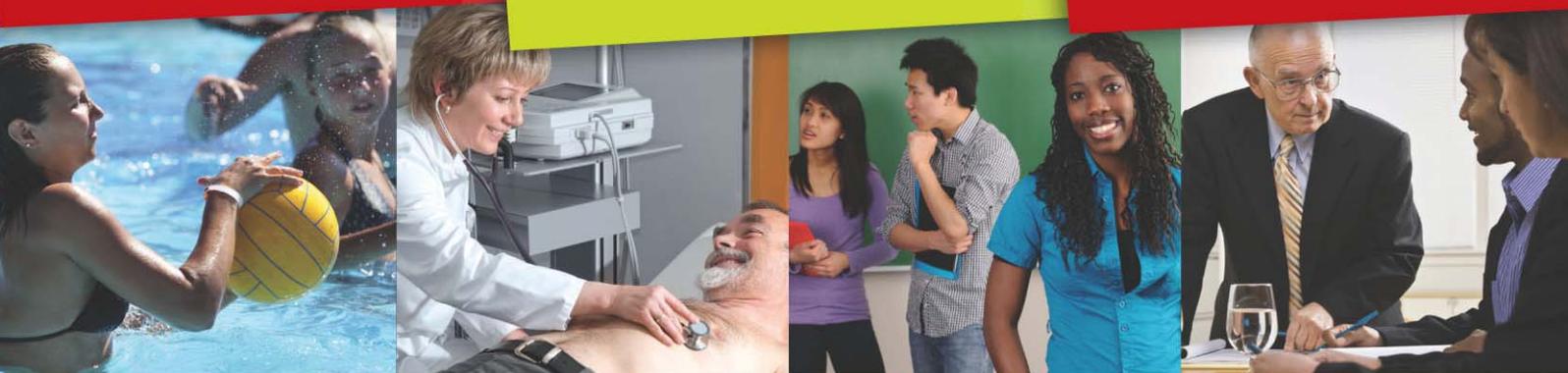
**Descontos em
Pós-graduação**

**Assessoria
Jurídica**

**Clube do
Servidor**

**Descontos em
Planos de Saúde**

**Descontos em
faculdades**



*Descubra estas e outras vantagens
de ser filiado Sindjus.*

Acesse agora

www.sindjusdf.org.br